

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

FELIPE AUGUSTO WERNER DOS REIS

**“DECRÉPITOS E QUEBRADOS”: ESCRAVIDÃO, ENFERMIDADES E
RELAÇÕES DE TRABALHO NAS ARMAÇÕES BALEEIRAS
CATARINENSES (1746-1816)**

**FLORIANÓPOLIS
JULHO DE 2016**

Felipe Augusto Werner dos Reis

**“ Decrépitos e quebrados”: escravidão, enfermidades e
relações de trabalho nas armações baleeiras catarinenses
(1746-1816)**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do título de bacharel e
licenciado em História pela
Universidade Federal de Santa
Catarina, sob orientação da Prof^a. Dr^a.
Beatriz Gallotti Mamigonian.

Florianópolis

Julho de 2016

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre as condições de saúde dos escravos e a dinâmica de trabalho nas armações baleeiras catarinenses entre os anos de 1746 e 1816. O objetivo da pesquisa é compreender de que forma se desenvolveu o amplo processo de envelhecimento e desgaste físico da mão de obra cativa nos núcleos pesqueiros, problematizando algumas questões como: renovação do plantel de escravos, condições ambientais nas feitorias, administração da indústria baleeira, causas de enfermidades e tratamento ofertado. Para isso foram utilizados os inventários das feitorias produzidos em 1816, documentação da Real Fazenda relativa à administração do contrato das baleias, correspondência da administração da capitania de Santa Catarina existente no Arquivo Histórico Ultramarino, além de relatos de viajantes, dicionários médicos e manuais de agricultura do século XIX.

Palavras-chave: saúde escrava, africanos, armações baleeiras, relações de trabalho.

LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS

MAPA 1. Área baleeira do litoral catarinense.....	19
TABELA 1. Escravas da Armação da Piedade em 1816	31
TABELA 2. Origem e sexo dos escravos dos núcleos baleeiros em 1816.....	33
GRÁFICO 1: Pirâmide etária dos africanos cativos em 1816.....	35
GRÁFICO 2: Pirâmide etária dos crioulos cativos em 1816.....	35
TABELA 3. Lista dos escravos da Armação de Imbituba em 1816.....	42
TABELA 4. Funções desempenhadas e condições físicas dos cativos nas feitorias em 1816	45
TABELA 5. Doenças que acometiam os cativos dos núcleos baleeiros em 1816	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – OCUPAÇÃO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DOS NÚCLEOS	14
1.1. A ocupação litorânea	14
1.2. O estabelecimento dos núcleos baleeiros catarinenses.....	16
1.3. O funcionamento dos contratos.....	19
1.4. As múltiplas decadências da indústria baleeira	22
CAPÍTULO 2 – UMA FOTOGRAFIA DAS ARMAÇÕES CATARINENSES	28
2.1. Homens e mulheres nas armações.....	29
2.2. Africanos e crioulos	33
2.3. Escravos velhos e desgastados	37
2.4. Os valores dentro das armações	40
2.5. Os ofícios e os problemas físicos	43
CAPÍTULO 3 – DOENÇAS E TRATAMENTOS.....	48
3.1. Alimentação	49
3.2. Vestimentas	52
3.3. Senzalas.....	53
3.4. Maus-tratos.....	56
3.5. Práticas de saúde	58
3.6. Médicos e curandeiros.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
FONTES	73
Manuscritas	73
Impressas.....	73
BIBLIOGRAFIA	74

INTRODUÇÃO

“Sem demora, enquanto as tripulações esperavam pela chegada do navio, o corpo deu sinais de que iria afundar com todos os seus tesouros por pilhar. Com uma manobra cautelosa, quando o navio se aproximou, a baleia foi transferida para o costado, e ali ficou presa com firmeza pelas correntes de cauda. Sucedeu que ao fazer o primeiro corte com o facão encontraram um arpão inteiro oxidado alojado na carne dela, na parte inferior do tumor antes descrito. Mas ainda mais curioso foi encontrar uma ponta de lança de pedra nela, perto do ferro enterrado, com a carne perfeitamente sadia ao redor. Quem teria atirado aquela lança de pedra? E quando? Podia ter sido atirada por um índio do noroeste, bem antes de a América ter sido descoberta.

Herman Melville, Moby Dick

O naufrágio do baleeiro Essex no ano de 1820 foi um dos desastres mais comentados do século 19. Tanto que serviu de inspiração para o clássico da literatura, Moby Dick, lançado por Herman Melville, em 1851. A idéia de escrever o livro veio depois que o autor leu o relato de Owen Chase sobre a experiência.¹ Na versão ficcional, o ataque da baleia é o clímax da história, enquanto na vida real ele foi apenas o início da angústia vivida pelos tripulantes da embarcação, que após serem atacados pela gigantesca cachalote lutaram sofregamente pela sobrevivência.

¹CHASE, Owen. **Narratives of the Wreck of the Whale-ship Essex**. Londres: Courier Dover Publications, 1820, p. 96.

A caça da baleia remete, sugere Melville, ao período pré-colombiano nas Américas, quando antes da América ser “descoberta”, “índios do noroeste” já atiravam lanças de pedra no mamífero. Em grandes embarcações, a atividade só foi adotada no século VIII da nossa era pelos bascos, população do norte da península ibérica que, segundo a crônica, também introduziu no início do século XVII a prática na América Portuguesa, inicialmente na região do litoral baiano.

O *azeite de peixe* até aquela época era obtido de animais encalhados no litoral brasileiro. Seu emprego era diverso: na iluminação em geral, utilizava-se nos engenhos, nas vias públicas, nos estaleiros; além disso, servia na elaboração da argamassa usada nas construções de casas e demais edifícios.

Entre os meses de maio e julho, época da procriação, dirigiam-se os cetáceos às dezenas rumo ao litoral. Todavia o desconhecimento das técnicas apropriadas impedia os pescadores brasileiros de arpoá-los. A partir da concessão do monopólio da pesca em 1602, a Pêro de Urêcha e seu sócio Julião Miguel, ambos da região da Biscaia, modifica-se o cenário das pescarias no Brasil.²

Os primeiros estabelecimentos da indústria baleeira no litoral baiano, no início do século XVII teriam sido erguidos na Ilha de Itaparica e posteriormente ampliados pela orla da região. Não foi possível precisar até o momento quem foi o responsável pela construção das feitorias. Todavia, o certo é que em Itaparica se estabeleceram, para armar a pescaria, Antônio Machado de Vasconcelo, em 1612, e os sócios Pedro Cascais de Abreu e Lourenço Mendes Pinheiro, em 1614; na Ponta de Itaparica o primeiro e na Ponta da Cruz, os dois últimos. Tudo leva a crer que o alvará de 1602 vigorou até 1612. Finda a concessão a Coroa teria cogitado manter os biscainhos nas atividades, presume-se, porém, que isso não ocorreu.

Após dois anos sem concessões a particulares, no ano de 1614, por iniciativa do Provedor da Fazenda, Sebastião Borges, retoma-se o monopólio da pesca da baleia. Firmam-se os contratos que regulamentariam, durante os séculos XVII e XVIII, direitos e obrigações das partes contratantes: a Coroa e o contratador.

² A principal referência sobre a história das baleias no Brasil é o livro de Miriam Ellis acerca da caça do cetáceo no Brasil Colonial, no qual essa síntese se baseia. Cf.: ELLIS, Myriam, **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo, Edições Melhoramentos/EdUSP. 1969, p.35.

Sendo assim, aparelhados com técnicas baleeiras exportadas pelos biscainhos e que prontamente incorporaram à sua vida regional, puderam os homens do litoral baiano lançar-se à captura de cetáceos. Ao contrário dos seus mestres que estenderam seu raio de ação da costa basca ao alto mar, brasileiros e portugueses não se afastaram do litoral, realizaram a expansão costeira dos núcleos baleeiros rumo ao sul, até Santa Catarina, que atingiram depois de quase cento e cinquenta anos e difundiram para aquela área as técnicas de arpoamento, captura dos cetáceos, manipulação da gordura e manufatura do óleo.

No litoral catarinense, o interesse lusitano em estabelecer na região uma retaguarda para suas pretensões no Rio da Prata culmina com a construção das feitorias em associação à ocupação territorial. Dessa forma, em 1746 o comerciante carioca Tomé Gomes Moreira constrói o primeiro núcleo pesqueiro da capitania, a Armação da Piedade. Posteriormente o número amplia-se, somando até o início do século XIX um total de seis feitorias: Piedade, Lagoinha, Itapocoróia, Garopaba, Imbituba e Ilha de Graça, as duas últimas, suplementos de Garopaba e Itapocoróia, respectivamente.

Voltados para a fundição da banha do cetáceo, apuração do óleo, retirada das barbatanas para confecção de espartilhos, chapéus e outros tipos de indumentária e a remoção dos ossos para servirem de material de construção ou para confecção de móveis, estes tinham nos escravos sua principal força de trabalho no processo produtivo, inicialmente todos africanos, cenário que se modifica através do tempo.³

Segundo os inventários elaborados em 1816, as seis armações contavam com um total de 333 cativos, identificados por origem, idade, valor e condição de saúde. Todavia o grupo estava reduzido a indivíduos idosos, enfermos e inutilizáveis, destacando um perfil peculiar do cativo nas armações em relação a outras unidades produtivas de porte semelhante, como engenhos de açúcar e plantações de café.

Recentemente, a mão de obra voltada para o mercado de abastecimento, foi revisitada e reavaliada pela historiografia. Assim, novos estudos sobre a escravidão em Santa Catarina apontam um dinamismo na economia do litoral, voltado para a produção

³ Idem, p.89.

de gêneros de abastecimento, utilizando mão de obra escrava. Estes abordam a temática de maneira inovadora, inserindo-se no conjunto das demais produções também voltadas para analisar o mercado interno.⁴ A partir destes trabalhos o que se pode perceber é que a economia local não era incompatível com a escravidão, da mesma forma que o volume das exportações dos itens produzidos na Ilha de Santa Catarina não apontava para uma economia necessariamente de subsistência, condição que eleva as unidades produtivas da capitania, a um novo patamar de importância dentro da economia do Brasil Colônia.

Neste trabalho, parto da premissa que é possível entender a relação entre a saúde dos cativos e as atividades desempenhadas, sobretudo se tomarmos como base unidades produtivas com grandes escravarias em que a especialização dos trabalhadores era mais clara. Procuro tomar como elemento de análise, o escravo e suas patologias, abordagem ainda pouco freqüente na produção historiográfica com relação ao tema.

Segundo Ângela Porto, no início do século XIX, o tratamento dispensado aos escravos se dava de maneira indireta. A saúde do escravo adquiria importância somente quando seu estado físico debilitado atingia, ou poderia atingir diretamente seus senhores, através de pouca produtividade ou como possível transmissor de patologias.⁵ Sendo assim, a produção do conhecimento no período freqüentemente estava restrita a manuais escritos por médicos higienistas que tinham como objetivo central nortear os fazendeiros nas suas práticas dentro do ambiente agrário, tratando de forma secundária

⁴ Nas duas últimas décadas um grupo de pesquisadores tem se dedicado mais detidamente ao tema da escravidão em Santa Catarina, lançando novas interpretações para além do significado estritamente numérico e generalista que orientava a historiografia passada, que tinha como representantes Walter Piazza e Oswaldo Cabral, numa tentativa de recolocar o passado escravista à luz das ações de sujeitos históricos e suas diferentes formas de organização da vida cotidiana (trabalho, conquista da liberdade, família, religiosidade, cativo, dentre outras). Dentre esses, temos: MORTARI, Cláudia. **Os africanos de uma vila portuária do Sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788-1850. Porto Alegre: PUC, 2007; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-1880. São Paulo: PUC, 1994; MAMIGONIAM, Beatriz. **Africanos em Santa Catarina**: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João et al. (Org.) Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2006, p. 609-643; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. Dissertação em História apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

⁵ PORTO, Ângela. A saúde dos escravos na historiografia brasileira. In: Encontro Regional de História, 12, 14-18 ago. 2006, Niterói. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ. 2006.

as enfermidades dos escravos, como é o caso de Jean-Baptiste Imbert (1834), Carlos Augusto Taunay (1839), Chernoviz (1841), Antônio Caetano da Fonseca (1863) e Langaard (1873).

O caráter periférico dado aos cativos dentro da problemática, principalmente pelo discurso médico higienista, passou a ser questionado e criticado pela produção acadêmica recente que ampliou o leque de análises e assegurou aos indivíduos em cativeiro algum protagonismo nessas relações. Todavia, a ascensão da temática e sua posição de destaque em diversos trabalhos, grande parte desenvolvidos na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, ainda é restrito, observando a incidência constante das pesquisas apenas para regiões agroexportadoras como o Vale do Paraíba fluminense.

Em Santa Catarina, apenas Débora Michels se debruçou sobre a temática em uma tese de doutorado. Entretanto o escopo da autora centra-se no perímetro urbano de Desterro, onde analisa a população africana e afro-descendente na documentação do Hospital de Caridade ao longo do século XIX, local onde o cativeiro possuía poucas semelhanças com a escravidão nos núcleos pesqueiros. Sendo assim uma investigação detida e detalhista acerca da saúde escrava dentro das armações baleeiras catarinenses, mostra-se além de necessária, totalmente original, principalmente levando em consideração a relevância das feitorias baleeiras para a economia catarinense. Estas além de inserir Desterro e Santa Catarina no mercado atlântico perfaziam exemplos únicos de unidades produtivas de grande porte com alto número de escravos, fato que as transformam num modelo singular de escravismo em Santa Catarina.

Como fonte principal para pesquisa temos os inventários das cinco armações catarinenses, excluindo o núcleo da Ilha da Graça por sua relevância diminuta, datados de 1816. O conjunto de documentos foi produzido por ordem de Jacintho Jorge dos Anjos, administrador da real pescaria em Santa Catarina, no período em que a Coroa Portuguesa, através da Real Fazenda, deixava a administração dos núcleos após 15 anos e entregava aos cuidados da iniciativa privada novamente, reativando o monopólio da atividade. Dessa forma fazia-se necessário um trabalho de avaliação de todos os bens materiais das unidades produtivas e sua condição física, informações que nos dão a exata noção de como se achavam em termos estruturais, operacionais e humanos, os ditos núcleos pesqueiros. Com relação aos cativos, a documentação apresenta um

número total de 333, reunidos nas cinco feitorias. Desse montante, 220 eram africanos, 62 eram crioulos e 51 deles não tiveram sua origem declarada. Acerca do número de homens e mulheres trabalhando nos núcleos, os arrolamentos demonstram grande disparidade. Enquanto temos 319 cativos do sexo masculino, apenas 14 mulheres foram arroladas na documentação.⁶

Além disso, utilizei relatos de viajantes como Saint-Hilaire, que descrevem um avançado estado de decadência de algumas dessas estruturas, relatórios provinciais e documentação da Junta do Comércio e do Arquivo Histórico Ultramarino compõe a documentação utilizada para investigação sobre os núcleos pesqueiros. Através das informações colhidas nessas fontes, foram estruturados os três capítulos que formam o trabalho.

O primeiro capítulo inicia com um breve histórico da ocupação do território catarinense, inserindo nesse cenário as populações africanas e afro-descendentes, desde a chegada de Dias Velho por volta de 1673, até o projeto colonizador açoriano em meados do século XVIII. A partir disso é apresentado o contexto de estabelecimento dos núcleos baleeiros no litoral, associando sua implantação à política de defesa do território colonial português que visava garantir e proteger suas possessões da cobiça espanhola. Após isso, descrevo de forma detalhada o funcionamento da pescaria em solo brasileiro e catarinense através da análise dos contratos firmados entre Coroa Portuguesa e Arrendatários particulares que dá o aporte para pensarmos nas primeiras relações estabelecidas entre cativos e administração dos núcleos, que posteriormente levará as feitorias e sua mão de obra a um estado amplo e irreversível de decadência.

Já o segundo capítulo aborda as informações contidas nos arrolamentos realizados em 1816 e de que maneira a configuração dos grupos de trabalhadores escravizados, aliada às atividades desempenhadas e o ambiente ofertado pela administração influíam nas condições físicas da dita mão de obra. Características como sexo, nação, idade, condição física e valor são descritas e analisadas de acordo com a documentação a fim de lançar uma luz sobre o funcionamento interno das feitorias baleeiras catarinenses.

⁶ Os inventários dos núcleos baleeiros constituem-se como a principal fonte de dados do trabalho. Sua utilização é frequente na construção de listas, tabelas, argumentos e análises acerca da indústria da pesca e das condições do plantel escravo. Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio, Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventários das armações baleeiras catarinenses.

No terceiro e último capítulo, contextualiza-se as doenças escravas e suas possíveis causas, como o clima no ambiente de trabalho, os maus tratos dispensados pelos feitores, a má nutrição, proveniente de uma alimentação pouco diversificada e pobre em nutrientes essenciais, o vestuário utilizado e a moradia. Além disso, aponta-se as enfermidades mais frequentes dentro dos núcleos pesqueiros e as formas de terapia comumente utilizadas pelos senhores dentro da relação escravista. Por fim discute-se as questões que cercam o falecimento desses cativos relacionando-as ao contexto social e ambiental das unidades produtivas.

A proposta do trabalho é através de pesquisa empírica e análise de dados acerca da escravidão contribuir para a abertura de um novo e original tema de análise em Santa Catarina, além de somar-se a outras pesquisas na área de saúde escrava. Dessa forma contribuindo para uma nova visão acerca da temática da pesca da baleia em território catarinense, que até recentemente via-se escondida nas sombras da hierarquia de prioridades explicativas para a economia do período colonial, e dentro dessa temática, refletir sobre as possibilidades fundamentadas nas relações entre a saúde escrava e o ambiente de trabalho dos núcleos de pesca de baleias, perspectivas essas que à luz da nova historiografia acerca da escravidão assumem novos tons e adquirem novas roupagens.

CAPÍTULO 1 – OCUPAÇÃO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DOS NÚCLEOS

1.1. A ocupação litorânea

A ilha de Santa Catarina desde o século XVI já era conhecida por viajantes do Atlântico Sul por oferecer um porto abrigado e a possibilidade de reabastecimento de víveres. Na primeira fase de ocupação do litoral catarinense, de meados do século XVII até meados do século XVIII, já havia escravos indígenas e de origem africana entre os colonizadores.⁷ A partir do estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento litorâneos por parte dos vicentistas: São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro (1662) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1682), amplia-se a presença dessas populações.

De acordo com o memorialista Paulo José Miguel de Brito, o fundador da povoação de Desterro Francisco Dias Velho Monteiro desembarcou em terras insulares, acompanhado de familiares, frades e quinhentos índios “domesticados” para o cultivo da terra.⁸ Todavia o assassinato de Dias Velho por corsários holandeses e a posterior fuga de seus familiares para Laguna, afugentou os habitantes da Ilha, que voltou a receber novos moradores somente a partir de 1700.⁹ Quando o viajante francês Frézier esteve na Ilha de Santa Catarina em 1712, já haviam se estabelecido no local” 147 pessoas brancas, alguns índios e negros libertos estabelecidos à beira-mar.¹⁰

Assim como no restante do país, inicialmente a maior parte mão de obra utilizada era a nativa, tendo em vista que o aprisionamento dessa população em decorrência da expansão “civilizatória” proporcionava uma oferta fácil e barata para o

⁷MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; ZIMMERMANN, Joseane (Org). **História diversa : africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 19.

⁸BRITO, Paulo Joze Miguel. **Memória política sobre a capitania de Santa Catarina (1816)**. Florianópolis: Livraria Central, 1932, p.14.

⁹CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1970, p.37.

¹⁰HARO, Martim Afonso Palma de. (Org.) **Relato de Viajantes. Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1996, p.23.

trabalho compulsório. No caso da região litorânea catarinense, ou “Sertão dos Patos”, fundamentalmente de índios Carijós.¹¹

Segundo o médico higienista Oswaldo Cabral, de passagem em 1635 pelo Porto de Laguna, principal ponto de comércio de escravos, os padres Inácio de Siqueira e Francisco de Moraes encontraram no local “62 embarcações, sendo 15 navios de alto bordo e os restantes grandes canoas, ocupados no infame negócio. Pelo porte das embarcações e mantimentos que levavam, esperavam os escravagistas levar dali mais de 12 mil Carijós”.¹²

Aos poucos a força de trabalho do indígena vai cedendo lugar para a dos homens livres e escravos africanos que chegavam pelo tráfico marítimo que seguia à bacia do Rio da Prata, processo que se concretiza adiante, impulsionado pela chegada dos colonizadores açorianos e madeirenses na metade do século XVIII.¹³

O fim da “União Ibérica”¹⁴, em 1640, resulta num conflito de interesses entre castelhanos e lusitanos, que se viam constantemente envolvidos em disputas por áreas coloniais. Apesar do litoral catarinense já contar com as três referidas povoadas fundadas no século XVII, São Francisco, Desterro e Laguna, tal apropriação do espaço acabou por se restringir em grande medida apenas a essas localidades, não fortalecendo um “surto” demográfico em toda a extensão do litoral de Santa Catarina. Sendo assim a fundação da Colônia de Sacramento¹⁵ por parte dos espanhóis, exigia da Coroa Portuguesa ações que visassem resguardar seus interesses dentro do princípio do “uti-possidetis”. Visando atender esse objetivo e tranquilizar o governador da capitania, Silva Paes, que em 1742 já sugeria ao Rei o “aumento da população”, principalmente pelo fato “... de que não bastão fortificações sem haver gente que as guarneça, e juntamente povoe, e cultive as terras...”¹⁶ a Coroa Portuguesa em 1746, através de

¹¹ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 61.

¹² CABRAL, Oswaldo R. Op. cit., p. 12-13;

¹³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **Tráfico de escravos... Op. cit.**, p. 21.

¹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 203.

¹⁵ Idem.

¹⁶ PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983, p. 46; SILVA, Célia Maria e. **Ganchos, SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992; SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em

determinação régia, inicia o alistamento de interessados, principalmente açorianos e madeirenses, à ida para Santa Catarina e litoral adjacente.

O projeto colonizador visava dessa forma ocupar e defender o território. Com esse intuito, já havia-se fundado em 1738 a capitania de Santa Catarina, sob o comando do militar José da Silva Paes, responsável por organizar o processo de fortificação da Ilha e ocupação do litoral adjacente. Aos objetivos de defesa e ocupação territorial, aliavam-se outros objetivos econômicos: desenvolver a região utilizando trabalho livre no cultivo da terra e na manufatura. A partir de 1742 incorporou-se ao litoral catarinense a indústria de pesca das baleias, fato que marca o início da ampliação da presença africana na capitania, processo que terá seu auge nas duas últimas décadas do século XVIII como relatou em 1796, o então Governador da Capitania João Alberto de Miranda Ribeiro em ofício ao Vice-Rei do Brasil, o Conde de Resende.¹⁷

Segundo Miranda Ribeiro a população da capitania naquele ano era formada por 23.865 almas, sendo 18.674 de livres e libertos e 5.191 escravos, dos quais 4.515 eram africanos, conjuntura que evidencia uma nova fase de incorporação da economia catarinense aos circuitos atlânticos.¹⁸

1.2. O estabelecimento dos núcleos baleeiros catarinenses

Noticia das Armaçoens de Baleas que até o fim do anno de 1794 haviaao na Ilha de Santa Catharina, e Terra Firme a ella adjacente: das que acrescerao depois de

História/USP, Tese de Doutorado, 2008; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa: A Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750.** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, Dissertação de Mestrado, 2013.

¹⁷Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes à extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. AHU-SC, cx. 06, doc. 387.

¹⁸Idem.

*1795 em diante; e estado da sua Pescaria até aoannoproximo passado de 1798.*¹⁹

João Alberto Miranda Ribeiro

O título escolhido em 1799 pelo então governador da capitania de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro para relatar ao Conselho Ultramarino as condições dos núcleos pesqueiros catarinenses, mesmo sendo emblemático, nos aponta a inicial configuração das Armações espalhadas pela costa catarinense até o fim do século XVIII.

Entre os anos de 1746 e 1796 foram estabelecidas na área de Santa Catarina cinco armações baleeiras cujo objetivo era a pesca e beneficiamento dos cetáceos e que também se configuravam como unidades escravistas de grande porte, apresentando toda a complexidade administrativa cotidiana comparável à dos engenhos de açúcar ou posteriormente fazendas de café.²⁰ Dentro do projeto colonizatório o empreendimento associou-se à obra de povoamento e defesa do litoral catarinense, estabelecendo em 1746 sua primeira feitoria baleeira: a *Armação Grande* ou Armação de Nossa Senhora da Piedade.

Fruto de empreendimento particular do comerciante fluminense Tomé Gomes Moreira e localizada no distrito da freguesia de São Miguel, no continente à Ilha de Santa Catarina, o núcleo da Piedade inaugurou a indústria baleeira no litoral catarinense e foi o ponto de partida para a posterior expansão pesqueira na região.

Mediante a concessão de um período de oito anos de exploração da atividade, o comerciante ergueu a armação “(...) preparando-a e fabricando-a com todos aqueles preparos e petrechos para ella conducentes... barcas, canoas, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras de cobre, terras, escravos e tudo o mais (...)”, necessários ao empreendimento.²¹

Segundo relato de Miranda Ribeiro a armação “(...) foy sempre a melhor, por ter bons edifícios, lanxas, e os melhores Escravos: Nesta Armação ha oficinas, Mestres, e

¹⁹ Memória sobre a notícia das Armações das Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na Ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, constas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798. AHU-SC, cx 06, doc. 405.

²⁰ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **Tráfico de escravos... Op. cit.**, p. 21.

²¹ ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil... Op. cit.**, p. 57.

os Officiaes pexeiros de todos os officios, tanto Forros como Escravos da Fazenda Real, para as obras e concertos, que ali continuamente se fazem para esta e mais Armaçoens, que lhe estao subordinadas”, características que tornaram o núcleo da Piedade o maior e mais importante da região catarinense.²²

Além da feitoria, outros cinco núcleos pesqueiros subordinados formavam a área de pesca catarinense: o da *Lagoinha* ou *das Lagoinhas*, na costa marítima sul da ilha, que inicialmente constituía-se como depósito de Azeite para a *Piedade*, todavia a partir de 1772 recebeu novas instalações com o intuito de tornar-se a segunda armação catarinense.²³ A feitoria bipartida possuía parte no continente, na costa oriental da Ilha, onde se localizava a maior parte da estrutura para pesca e beneficiamento e uma pequena estrutura insular na dita Ilha do Campeche. Ergueu-se em torno de uma capela em homenagem a Sant’Ana, cujas graças deveriam se estender à feitoria pesqueira. Havia ainda a de *Itapocoróia*, na costa norte do litoral catarinense, fundada em 1778, logo após a retirada dos invasores espanhóis, que se estendia da ponta do Morro do Cambri à do Morro da Vigia e tinha São João Batista como padroeiro;²⁴ a de Garopaba, erigida entre os anos de 1793 e 1795 e que encontrava-se na “Maior e mais notável enseada da Capitania (...)”²⁵, ao sul do Rio Embaú, na parte continental, assim como seu suplemento de Imbituba, construída um ano depois, em 1796; e por fim a da Ilha da Graça, última armação que compôs a indústria baleeira catarinense, fundada como suplemento da Armação de Itapocoróia em 1807, ergueu-se junto à barra grande, próxima à entrada setentrional do canal de São Francisco como uma das medidas de revitalização da pesca no litoral de Santa Catarina, projeto que posteriormente mostrou-se de pouca valia dentro de um contexto de ampla decadência.²⁶

²² Ibidem, p. 59.

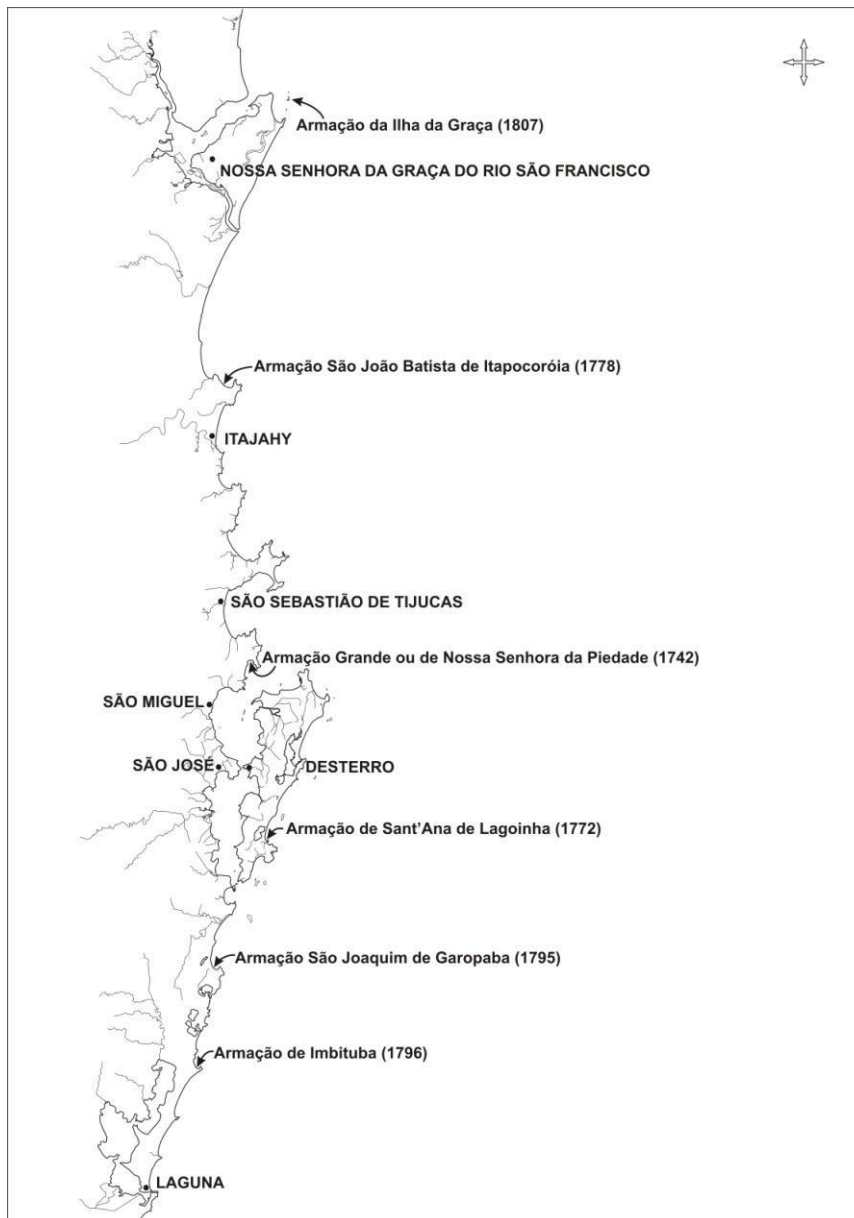
²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ BRITO, Paulo Joze Miguel. **Memória política sobre a capitania...** Op. Cit., p.67.

²⁶ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 175

Mapa 1 – Área baleeira do litoral catarinense.



Fonte: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; ZIMMERMANN, Joseane (Org).
História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 46. Mapa elaborado por Miriam Karla Machado.

1.3. O funcionamento dos contratos

O empreendimento baleeiro organizou-se através da relação entre o capital de investidores particulares, especialmente grandes comerciantes que enxergavam na exploração da atividade uma boa possibilidade de lucro e as balizas impostas pela Coroa

Portuguesa que a partir de 1614 por iniciativa do Provedor da Fazenda, Sebastião Borges, e do Governador Geral Gaspar de Sousa estabeleceu o monopólio da pesca da baleia, baseando-se no conceito de que sendo peixe-real, era o cetáceo de propriedade da Coroa, restrição que inicialmente regulamentou a pesca no Recôncavo Baiano e que posteriormente seria observada em toda indústria baleeira colonial até o início do século XIX.²⁷

O monopólio era regulado através de um Assento, os contratantes arrematavam contratos em Lisboa ou no Rio de Janeiro cujas cláusulas estipulavam a vigência, o preço do arremate, as condições de pagamento, os direitos, os deveres e obrigações mútuas das partes contratantes e as concessões que seriam feitas pela Coroa.²⁸ Variaram tais cláusulas de acordo com a época, com as áreas de pesca e com os interesses que se estabeleciam.

Em Santa Catarina, o primeiro contratante a se aventurar pela indústria da pesca foi o comerciante supracitado Tomé Gomes Moreira, que em 1741 convenceu a Coroa a autorizar seu projeto de instalar e explorar durante dez anos a indústria catarinense, com isenção de quaisquer direitos sobre óleo e barbatanas e mediante a mercê de uma légua de terra em sesmaria para agricultura e subsistência do núcleo baleeiro que se propunha a fundar, a feitoria da Piedade.²⁹ Em 1750 renovou-se o contrato com Gomes Moreira por mais quatro anos, até a unificação dos Contratos das pescarias do Sul sob a administração de Francisco Peres de Sousa, que o arrematou por seis anos junto ao Conselho Ultramarino. Sendo assim, o novo contratante tinha sob sua diligência todas as áreas de pesca do Rio de Janeiro à Santa Catarina.³⁰

Todavia, a partir da ascensão ao poder em Portugal de D. José I e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a atividade sofre grande reestruturação nos moldes estabelecidos pela política econômica pombalina. A criação da *Companhia da Pescaria das Baleias*, em 1765 sob a administração de Inácio Pedro Quintela, simboliza tal reorganização e inaugura um novo tempo na história da indústria baleeira no Brasil, o período dos Quitela.

²⁷ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p.35.

²⁸ Ibidem, p. 143.

²⁹ Ibidem, p. 148.

³⁰ Ibidem, p. 152.

O contrato se estendeu de 1765 a 1801, sendo durante sua vigência renovado em 1777 e 1789, até a sua liquidação em 1801. Entre os anos de 1765 e 1789 a indústria baleeira conheceu seu período de maior desenvolvimento, pelo investimento de capitais na ampliação e na construção de núcleos baleeiros como os da Lagoinha e Itapocoróia, pela aquisição de instrumentos de trabalho, embarcações e escravos, pelo incremento conferido à pesca da baleia e ao aproveitamento de seus derivados, pelas tentativas de melhoramento dos métodos de apuração do óleo e de introdução das técnicas de extração do espermacete do crânio dos cachalotes, produto até então não utilizado, por ignorância de meios.³¹ Todavia, vale lembrar que o ano de 1777, foi atípico em Desterro. A Invasão Espanhola reverberou em diversos aspectos do cotidiano da Ilha de Santa Catarina, inclusive nos núcleos pesqueiros.

Segundo Hevelly Acruche, 40 escravos se aproveitaram da situação para escaparem do trabalho das armações e tentarem nova vida em territórios castelhanos. Alguns anos depois, esse fato foi objeto dos acertos diplomáticos entre as coroas espanhola e portuguesa, sendo que a última exigia o repatriamento de todos esses trabalhadores, mas somente 17 foram restituídos. A presença espanhola, certamente atrapalhou o andamento das atividades econômicas da capitania de Santa Catarina, sobretudo na Ilha de Santa Catarina, onde ficaram instalados os castelhanos. Entretanto, os contratemplos gerados por esse episódio não foram suficientes para a redução a maior prazo da pesca da baleia no litoral catarinense.³²

Passado esse percalço, o contrato firmado em 1789 não previa as mesmas vantagens para os contratantes dos períodos anteriores. Dessa forma, apesar da ampliação das áreas de pesca com o estabelecimento da feitoria de Garopaba e Imbituba, este foi o último, ao seu término a coroa suprimiu o monopólio.³³

O alvará de 24 de Abril de 1801, assinado pelo Príncipe Regente afirmava que o fim do monopólio da pesca dos cetáceos estava de acordo com os procedimentos que vigoravam nos países mais desenvolvidos da Europa, onde a indústria baleeira desconhecia qualquer tipo de privilégios ou monopólios apostando na livre concorrência

³¹ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 156.

³² Ver: ACRUCHE, Hevelly Ferreira. **Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina**. Niterói: Programa de Pós-graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2013, p. 142-144.

³³ *Ibidem*, p. 157.

para garantir sua expansão. Na prática a Coroa apenas reafirmava sua nova posição em relação à indústria baleeira que já havia sido levada a público quando fora promulgado três anos antes o alvará de 18 de Maio de 1798 que facultou aos comerciantes portugueses os seguintes termos:

“(...) cada hum per si, ou reunidos em sociedade, preparar e armar Navios destinados a pescar Baleias e preparar o seu Azeite no Alto Mar, em toda e qualquer parte desde as Costas dêstes Reinos até as do Brasil, e nas de Moçambique, podendo depois vender o Azeite, e Barbas debaixo das mesmas Condições que os atuais Contratadores...ou exporta-los para fora do Reino (...)”³⁴

Sendo assim, findo o prazo da concessão régia dos Quintela em 1801, o patrimônio erigido pelos contratantes incorporava-se à Real Fazenda. Para isso deveria ser inventariado, ou seja, realizava-se um levantamento de todos os bens materiais, moventes e semoventes, como tanques, fornalhas, caldeiras e escravos, detalhando suas características físicas, sua condição e avaliação em termos monetários. Estes seriam postos à venda, à vista ou a prazo, ou entregues a alguma sociedade de negociantes que se dispusesse a explorar e ampliar as pescarias, sem privilégio algum, contudo, e mediante pagamento dos direitos competentes. A Fazenda Real aceitaria incorporar-se a um consórcio de negociantes dispostos a explorar a indústria baleeira e do qual participaria com o valor das Fábricas como capital.³⁵

Na falta de quem se interessasse pelo negócio, às Juntas da Fazenda caberia a administração dos núcleos baleeiros, dependências, embarcações e mais pertences. Foi justamente o que ocorreu a partir do fim do monopólio em 1801. Não havendo interessados na aquisição ou arrendamento das feitorias, a administração das armações meridionais passaram à Coroa Portuguesa, mantendo-se dessa forma até 1816, momento em que podemos constatar a evidente decadência do núcleos baleeiros.

1.4. As múltiplas decadências da indústria baleeira

A partir do fim do período dos Quintela, a indústria baleeira vê-se as voltas com dívidas, perda estrutural, declínio de animais abatidos e perecimento de trabalhadores.

³⁴ Ibidem, p. 160.

³⁵ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 161.

Todavia, de acordo com a historiografia sobre a temática, as causas que levaram a um processo de decadência amplo e posteriormente irreversível seriam decorrência básica de uma única conjuntura: a má administração da Real Fazenda associada à concorrência estrangeira.

De acordo com Miguel de Brito, em suas “Memórias Políticas sobre a Capitania de Santa Catarina”:

“(…) Depois da administração pela Fazenda Real tudo foi gradualmente a menos, e, mormente de poucos anos para cá, em que ella começou a faltar com os dinheiros precisos para o costeamento das Armações, e para o pagamento das pescas, e por conseguinte os homens que nestas se empregavão começaram a fugir deste arriscado trabalho, pois que a muitos se deixou de pagar a pesca de tres annos sucessivos; de tal sorte que em 1813 e 1814 foi indispensável mandar prender muitos daquelles homens e remette-los prezos para as Armações, donde fugião depois, se os administradores não lhe pagavão da sua algibeira, o que a Fazenda Real lhes devia (...)”³⁶

De acordo com o autor, a negligência da Fazenda Real dificultava em grande medida a manutenção dos núcleos, tendo em vista que a falta de investimentos refletia-se até mesmo na ausência de remuneração da mão de obra, levando os trabalhadores livres a deixarem os núcleos por falta de pagamento. Problema que a Junta da Real Fazenda buscou solucionar encaminhando velhos soldados com quase duas décadas de serviço ativo e “maltrapilhos”, talvez em busca de comida, para servirem como mão de obra nos núcleos.³⁷ Além disso, a deserção da mão de obra livre evidenciava o desmazelo da Real Fazenda em relação a sua força de trabalho, situação que se ampliava no caso dos cativos, que sem opção de vida à margem do sistema escravista definhavam fisicamente dentro das feitorias.

Apesar de não querer “incriminar a pessoa alguma, nem argindo os vivos, nem inquietando as cinzas dos mortos (...)” para o memorialista havia uma latente diferença entre a administração nos tempos do Monopólio e a posterior, a cargo da Real Fazenda.

“(…) seja quem fôr o culpado, mostrarei aqui a differença do rendimento desta pesca entre o tempo do Contratador e o tempo que ella tem sido administrada pela Real Fazenda, de administração. No tempo do mencionado Contratador (Quintelas), havia abundância de tudo quanto era necessario nas Armações, tudo era bem pago, e a tempo, e como nesta pesca se empregão muitos homens em defferentes serviços, e diversos officios, havia empenhos, e de grandes personagens para ser admitido qualquer homem no serviço da pesca ou nas

³⁶ BRITO, Paulo Joze Miguel. **Memória política sobre a capitania... Op. Cit.**, p. 103-104.

³⁷ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 164.

officinas das Armações, porque acabada a pesca infallivelmente se pagava a todos e a cada hum o seu trabalho com generosidade.”³⁸

O relato torna-se interessante na medida em que advoga em prol de um empreendedorismo que vislumbrava somente no período onde os núcleos foram dirigidos por investidores particulares, a possibilidade de eficiência, esforço, pagamento em dia e até mesmo bonificação, legando à administração do estado português a responsabilidade pelo esfacelamento da empresa baleeira no Brasil. Discurso que em parte se alinhava a ideologia liberal que se encontrava em ascensão na Europa no início do século XIX ceifando em grande parte do continente as práticas “ultrapassadas” do Antigo Regime.³⁹

Nesse sentido, Hipólito Jozé da Costa escrevendo sobre os “Monopólios de Portugal” no *Correio Braziliense*, destacou:

“Os estrangeiros que fazem a pesca da baleia no mar alto e apuram os azeites a bordo dos navios, com incomparável mais trabalho do que isto custa no Brazil, aonde todo fabrico se faz socegradamente em terra; e ainda assim faz conta aos estrangeiros empregar-se na pesca da balea, manufacturar o azeite, vendello com lucro em Portugal, e os Portuguezes não acharam neste emprego outra utilidade senão metêllo nas mãos dos monopolistas, com o que se arruinou este ramo de indústria (...)”.⁴⁰

Para o autor, o emprego do monopólio era a real causa da decadência da industrial baleeira. Todavia, talvez a mão de obra empregada nos núcleos de pesca brasileiros fosse demasiadamente “socegada” e pouco qualificada para as disputas acirradas do livre mercado, onde sucumbiria facilmente ao “incomparável mais trabalho” desempenhado pelos estrangeiros e suas embarcações mais bem equipadas, deixando clara a diferença de investimento na atividade e a forma como a encaravam, os portugueses monopolistas, suas técnicas atrasadas e mão de obra rudimentar, e os estrangeiros, principalmente estadunidenses e seus preceitos liberais e técnicas avançadas.

³⁸ BRITO, Paulo Joze Miguel. **Op. Cit.**, p. 103-104.

³⁹ FERNANDES, Paulo Jorge da Silva. Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo. **Análise Social**, vol. XLI (178), 2006, 55-73.

⁴⁰ COSTA, Hipólito Jozé da. *Correio Braziliense*, vol XII. Apud. ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 166.

A propósito dessa diferença, o mesmo Hipólito em 1798 já argüia em prol do liberalismo “ianque”:

“Os Americanos, porém estão de tal modo experimentados neste tráfico, que o meu plano seria convidar um número de famílias de pescadores na América, das que vivem principalmente em Nantucket, faze-las estabelecer em dous pontos diferentes do Brasil, adir-lhes marinheiros Portuguezes e associar-lhes nos fundos de negociantes do paiz: usando depois disto para com os pescadores das mesmas liberalidades e isenções que os Americanos tem (...)”.⁴¹

Apesar da tentativa portuguesa de colocar o plano em prática, projetando o estabelecimento de uma sociedade entre negociantes lusitanos e estadunidenses que promovesse a pesca das baleias nas costas do Brasil, Moçambique e ilhas do Cabo Verde, os norte-americanos não se interessaram pelo projeto. Pelo contrário, alguns deles, juntamente com ingleses, promoviam freqüentes incursões “não-oficiais” à costa brasileira, onde além de contribuir para a derrocada da indústria baleeira no Brasil, também seriam responsáveis por furtar escravos, dando-lhes abrigo em suas embarcações, fato que deixava os brasileiros duplamente incomodados com a presença dos forasteiros.⁴²

Além disso, ignorando o prejuízo dessas incursões “não oficiais”, no momento em que sugere a vinda de estadunidenses para as costas brasileiras, Hipólito, além de sugerir um aprendizado administrativo por parte dos lusitanos, está também colocando a mão de obra como aspecto central para o sucesso da empresa baleeira, tendo em vista que o demasiado “socego” e pouca experiência de homens livres e escravos que se constituíam como a força de trabalho nos núcleos. Trabalhadores que poderiam ser reorganizados sob a égide dos preceitos liberais, afim de um improvável ressurgimento das feitorias baleeiras ou ao menos o alcance de uma rentabilidade mínima.

Ademais, a diferença assinalada entre o período antes e depois do fim do monopólio, expressava-se de maneira contundente em relação ao número de cetáceos abatidos, valor das feitorias e quantidade de escravos.

Entre os anos de 1793 e 1796, as cinco armações catarinenses capturaram um total de 750 baleias, ou seja, média de 37 por armação a cada ano. Menos animadora, a

⁴¹ COSTA, Hipólito Jozé da. Memória sobre a Viagem aos Estados Unidos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 21, p. 351. Apud. ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 162.

⁴² Ellis, Miriam. **Op.cit.**, p.176.

pesca no último ano de monopólio, 1801, capturou uma média de 23 cetáceos⁴³, nas armações catarinenses e paulistas. Todavia, entre os anos de 1812 e 1815, período de administração da Real Fazenda, esse número cai para 14 baleias anuais por armação, apenas em território catarinense, tendo novo declínio em 1816, quando passou para uma média de 11 animais por armação.⁴⁴

Além disso, segundo o arrolamento realizado em 1801, todos os bens das feitorias catarinenses somavam a quantia de 176:424\$797, parte dela oriunda dos 525 escravos em serviço. Após quinze anos de administração por parte da Junta da Fazenda Real, o inventário de 1816 apontava um montante final de 111:663\$620 expondo um déficit de 64:761\$177 em relação à avaliação dos mesmos núcleos no ano de 1801. A mão de obra escravizada que no inventário de 1801 era constituída por 525 pessoas, agora contava com cerca de 333 dos quais 80 encontravam-se inutilizados.⁴⁵

Fazendo apenas um exercício imaginativo, tendo em vista que não sabemos quantos cativos estavam afastados das atividades dentre os 525 arrolados no inventário de 1801, caso possuíssemos a informação de que se tratavam de menos de 19, algo bastante tangível, poderíamos afirmar que o número de escravos ativos caiu pela metade em apenas 15 anos, refletindo diretamente a crise da atividade, criando uma falha na passagem gradativa de uma geração de escravos, no caso já envelhecidos, para uma nova geração que deveria ter sido adquirida, tendo em vista que a Real Fazenda além de não cumprir com os vencimentos da mão de obra livre, dependendo em alguns momentos da algibeira de seus administradores, tampouco se mostrava propensa a arcar com os problemas de saúde dos escravos ou com uma necessária renovação da força de trabalho, medidas compreensíveis somente através da ótica da redução dos custos.

Além disso, o empreendimento colonizatório português dependia em grande medida do investimento privado, ou seja, particulares que através de concessão régia obtinham o direito de explorar atividades econômicas em solo brasileiro. Em 1801, quando a Real Fazenda decide abolir o monopólio da pesca do cetáceo, o fez

⁴³ BRITO, Paulo Joze Miguel. **Op. Cit.**, p. 103-104. Ver também ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 173.

⁴⁴ Tomando por base os dados apresentados pelo administrador Jacintho Jorge dos Anjos Correia, Myram Ellis estabeleceu a seguinte média anual para pesca das baleias: 71 cetáceos em 1816 (mais ou menos 11 por armação); 80 cetáceos em 1817 (mais ou menos 13 por armação); 89 cetáceos em 1818 (mais ou menos 14 por armação); 59 cetáceos em 1819 (mais ou menos 9 por armação). ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 175.

⁴⁵ Inventários das Armações baleeiras catarinenses.

possivelmente contando com a ambição de investidores dispostos a usufruir das benesses do liberalismo e seu livre mercado. Todavia, analisando a situação dos núcleos baleeiros principalmente a partir de 1816, haja vista todo déficit provocado pela administração da Real Fazenda, além de levar em consideração a concorrência estrangeira, o declínio do número de animais abatidos, a queda do valor das armações e o desgaste estrutural dos núcleos, um pretendo arrendatário precisaria levar em consideração a decadência da mão de obra escrava das feitorias, que acabava por inutilizar uma importante parcela da força de trabalho. Renovar todo conjunto de escravos, possivelmente não estava no horizonte dos potenciais contratadores, fato que coloca as condições da mão de obra como elemento incontornável da explicação para o declínio da indústria baleeira.

À luz dessas informações torna-se imprescindível uma análise interna, retida e detalhada da composição, funcionamento e condições físicas do grupo de trabalhadores escravizados das armações a partir do Inventário realizado em 1816.

CAPÍTULO 2 – UMA FOTOGRAFIA DAS ARMAÇÕES CATARINENSES

*A fotografia não fala (forçosamente)
daquilo que não é mais, mas apenas e com
certeza daquilo que foi.*

Roland Barthes

A chegada da corte portuguesa ao Brasil no ano de 1808 conferiu à economia colonial um grande impulso, principalmente a partir das novas possibilidades que se apresentavam ao comércio após a abertura dos portos por parte da monarquia portuguesa. O incentivo à siderurgia, às vias de comunicação e à navegação atraíram maiores investimentos e possibilitou a um consórcio de comerciantes aventurarem-se a explorar a trôpega indústria baleeira nas Capitanias do sul, empreendimento de alto risco, vislumbrando a necessidade de uma alta aplicação de capitais para reerguê-la e as poucas garantias de rentabilidade que a pesca poderia proporcionar já na segunda década do século XIX.

Mediante termo de arrendamento firmado em junho de 1816 por doze anos, na base de 21:000\$00, estabeleceu-se a nova administração. Os valores seriam trimestralmente pagos ao Erário, a partir de 1º de janeiro de 1817. A nova administração seria reconhecida pelas autoridades públicas como Administração Real, o que excluía qualquer outra negociação de tal natureza e seus administradores arrendatários, além dos respectivos subordinados, gozariam de todos os privilégios dos Empregados no Real Serviço.⁴⁶

Na prática, a Real Fazenda viu-se compelida a restabelecer o monopólio, privilégio sem o qual os arrendatários não arriscariam o capital inicial de 40:000\$000 para uma complicada reestruturação dos núcleos, haja vista a decadência dos mesmos.⁴⁷

⁴⁶ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 186.

⁴⁷ Idem.

Na transição administrativa entre a Real Fazenda e os novos arrendatários, todas as feitorias tiveram seus bens arrolados em inventário, discriminou-se em 1816 o valor patrimonial, bens de raiz, móveis e o principal, a escravatura que compunha a mão de obra dos núcleos pesqueiros.

A elaboração dos inventários teve início em junho de 1816 e foi finalizada entre outubro e novembro do mesmo ano, sendo assinados pelo administrador da real pescaria das baleias na Ilha de Santa Catarina, Jacintho Jorge dos Anjos. Finalizada, a avaliação detalhada dos edifícios, bens, escravatura e utensílios, estas eram entregues à administração do particular que deveria comunicar aos administradores do Rio de Janeiro acerca das transações durante o período do seu contrato.

Os arrolamentos testemunham a trajetória do corpo de trabalhadores escravos das armações, perceptível através da análise de dados, tais como: origem, idade, condição de saúde e valor, questões indissociáveis que ajudam a elucidar a crise no funcionamento das armações.⁴⁸

2.1. Homens e mulheres nas armações

Com relação ao plantel de cativos dos núcleos, a documentação revela inicialmente um amplo domínio da mão de obra masculina. Entre os 333 escravos que formavam a força de trabalho dos cinco núcleos catarinenses, 95,8% eram do sexo masculino e apenas 4,2% do sexo feminino.

Em seu trabalho sobre o núcleo da Lagoinha, Fernanda Zimmermann sugere duas possibilidades explicativas para a ausência de mulheres na feitoria: a primeira seria o fato das funções desempenhadas na armação serem vistas essencialmente como atividades masculinas, pelo alto grau de periculosidade da pescaria e por pressupor um grande emprego da força física. A segunda aventava a possibilidade de um intercâmbio

⁴⁸ Os inventários em questão foram analisados e serviram como importante base documental para outros trabalhos como: COMERLATO, Fabiana. **O declínio da Pesca de Baleia nas Armações Catarinenses**. Fronteiras. Revista Catarinense de História, Florianópolis, 2004; ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2011; MATTOS, Michels Débora. **Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina (1850-1888)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015.

entre os escravos dentro das feitorias catarinenses, sugerindo que por conta dessa mobilidade, as mulheres poderiam estar arroladas em inventários de outras armações.⁴⁹

O deslocamento sazonal pode ser visto através de recibos de compra e venda de gêneros e víveres necessários ao funcionamento dos núcleos, como o emitido por Joaquim Jozé Machado, feitor da Armação de Garopaba na compra de 1.000 alqueires de farinha, onde este salienta que a quantidade do produto justificava-se mediante a necessidade de suprir os escravos do núcleo de Garopaba, Imbituba “(...) e dos que virão da Ilha de Santa Catharina ajudar no serviço da pesca, no decurso de hum anno...”⁵⁰

Mesmo admitindo tal mobilidade, esta é pouco relevante para explicar a ausência de cativas dentro da feitoria da Lagoinha, tampouco dos núcleos em geral, tendo em vista que a análise do conjunto dos inventários indica que toda presença feminina das armações estava restrita à feitoria da Piedade⁵¹. Dessa forma, o domínio masculino entre a mão de obra das feitorias catarinenses está possivelmente relacionado às funções desempenhadas nos núcleos, principalmente se levarmos em consideração as atividades exercidas pelas mulheres na Armação da Piedade, e a proporção destas cativas no conjunto da população escravizada da capitania de Santa Catarina no período.

De acordo com o censo populacional de 1796⁵², a capitania da Ilha de Santa Catarina contava com 5.191 escravos, desse contingente 1.768 eram mulheres, número que representava 34% do montante total, porcentagem muito superior à apresentada pelos núcleos pesqueiros no inventário de 1816. Tal fato evidencia uma opção dos administradores pela mão de obra masculina, escolha possivelmente orientada pelas pesadas atividades desempenhadas nas feitorias, tendo em vista que dentre as 14 mulheres que representavam toda força de trabalho feminina das feitorias, nenhuma delas foi arrolada possuindo função específica ou desempenhando qualquer tipo de atividade na armação, como ilustra a tabela abaixo:

⁴⁹ ZIMMERMANN, Fernanda. **O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 47.

⁵⁰ Inventários das Armações baleeiras catarinenses.

⁵¹ Inventário da Armação da Piedade.

⁵² Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina]...Op. Cit.,tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. AHU-SC, cx. 06, doc. 387.

Tabela 1. Escravas da Armação da Piedade em 1816

Nome	Descrição:	Idade:	Valor em réis:
Anna Crioula	Mulher de Francisco Magumbe	33	89\$600
Anna Crioula	Mulher de Thomaz Magumbe	43	76\$800
Albina Crioula	Mulher de Miguel ganguela	19	10\$000
Clara Crioula	Mulher de Victoriano Carpinteiro	21	100\$000
Domingas Crioula	Mulher de Antonio Angola	43	40\$000
Efigenia Crioula	Mulher de João Crioulo [Noné]	19	115\$200
Gertrudes Crioula	Mulher de José Rebolo Novo	21	100\$000
Joana Mina	Viúva	57	52\$600
Jeronima Crioula	Mulher de Jeronimo Mina	33	80\$000
Jacintha Crioula	Mulher de Pedro Cassenje	20	115\$200
Leocádia Crioula	Mulher de Francisco Congo	26	80\$000
Luiza Crioula	Mulher de Manoel Francisco Benguela	37	64\$000
Maria Ginga	Viúva	68	6\$400
Victoria Conga	Viúva	65	12\$800

Fonte: Inventário da Armação da Piedade.

Segundo a listagem, o núcleo possuía onze escravas crioulas e três africanas, no entanto evidencia-se um desequilíbrio etário entre as escravas. A média de idade para as cativas crioulas era de aproximadamente 28 anos, ao passo que para as africanas esse número aumentava para 63 anos. É provável que as africanas fossem remanescentes da segunda geração de mulheres na armação, momento onde os contratadores ainda investiam em escravos para compor a mão de obra na feitoria. Se imaginarmos que as três africanas vieram aos 15 anos, Maria Ginga teria chego no ano de 1763, Victoria Conga em 1766 e Joana Mina em 1774, ou seja, entre 17 e 28 anos após o estabelecimento da feitoria, fato que extingue a possibilidade destas perfazerem a primeira geração de mulheres no núcleo. Já as crioulas constituíram a terceira ou até mesmo quarta geração, levando em consideração uma bipartição interna entre as afro-descendentes, onde cinco delas tinham menos de 21 anos, enquanto as demais transitavam entre os 30 e 40 anos.⁵³

⁵³ Inventário da Armação da Piedade.

O inventário trazia ainda informações acerca do status civil das cativas. O destaque dado ao matrimônio nos leva a supor que mesmo configurando-se como força de trabalho na roça, principalmente no cultivo e preparo dos alimentos, talvez a função *a priori* das escravas fosse a de constituir famílias, colaborando com um possível, ainda que pequeno crescimento vegetativo da população escrava nas armações, indícios para isso não faltam.

Segundo o arrolamento do núcleo da Piedade, todos os 18 crioulos e crioulas menores foram identificados como filhos de escravos da feitoria, caso de Claudino de 2 anos de idade, filho de José Rebolo e Gertrudes Crioula, ambos cativos da armação. Além de Claudino, o casal tinha duas filhas, Roza de 1 ano e Veríssima, de 4 anos de idade. Outra família inventariada era a de Manuel Francisco Benguela, casado com Luiza Crioula e pai de Maximiniana de 12 anos.⁵⁴

Em termos proporcionais, os cativos menores perfaziam cerca de 5,4% do total dos escravos dos núcleos, número relevante que amplia-se para 10,5% quando tomamos apenas os escravos do núcleo da Piedade. Além disso, a armação possuía duas senzalas distintas, para solteiros e casados. De acordo com a documentação a moradia dos casados era constituída por um prolongo de casas com 149 palmos de frente, 30 de fundo, levantada sobre pilares com parte das paredes de fora de tijolos.

Dentro da historiografia, aparentar-se, levando em conta a informalidade geral das relações e seu aspecto consensual, possuía um significado de identificação ou busca por um indivíduo que o acompanhasse na difícil jornada do cativo. De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Góes, as relações de parentesco eram responsáveis por construir certa paz entre os cativos e na relação destes com seus senhores. Segundo os autores:

“A cooperação entre os cativos teria sido fundamental em primeiro lugar, a eles próprios. O avesso da paz significaria simplesmente a anomia, o outro nome da guerra, e os homens, por definição não vivem para além da regra. Na condição de escravos, tocava-lhes representar o objeto de cobiça de todos os senhores. Eram eles, como grupo, o alvo da beligerância que tanto tem impressionado os estudiosos da escravidão. Portanto, devia se lhes afigurar vital construir laços de solidariedade e de auxílio mútuo que os ajudassem a sobreviver no cativo.”⁵⁵

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Civilização brasileira, 1997, p. 36.

Já Robert Slenes em sua pesquisa acerca da família escrava em fazendas do Sudeste argumenta que a constituição destas na região atendia apenas em parte os anseios dos escravos e em parte as auguras dos senhores. De acordo com o autor isso ocorria pois os escravos, mesmo dispondo da possibilidade de aparentar-se ainda permaneciam restritos aos limites impostos por seus donos e presos à lógica senhorial, que por sua vez, utilizava a constituição de famílias como estratégia de controle dos escravos, todavia abrindo mão em alguns momentos de parte de seu poder dentro da relação em detrimento da manutenção dos laços incentivados.⁵⁶

2.2. Africanos e crioulos

Dos 333 cativos pertencentes as feitorias baleeiras em 1816, 220 eram de origem africana, ou seja, cerca de 66% da mão de obra escrava dos núcleos pesqueiros, seguidos por 62 crioulos que perfaziam 18,6% e por fim, 51 cativos que não tinham origem declarada, 15,4%.

Traçando um paralelo entre o número de africanos nas feitorias de pesca e o percentual da mesma população na capitania de Santa Catarina em 1796, percebemos uma redução de 21% desse grupo dentro do escopo dos núcleos baleeiros. Mesmo se considerarmos apenas os escravos com origem declarada ainda teríamos um decréscimo de quase 10% da população africana dentro das feitorias em relação ao número total apresentado para Santa Catarina. Além disso, existia um grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres no grupo africano, ao passo que, com relação aos crioulos não se verifica tamanha disparidade, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2. Origem e sexo dos escravos dos núcleos baleeiros em 1816

	PIEDADE			LAGOINHA			ITAPOCORÓIA			GAROPABA			IMBITUBA			GERAL
	MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL	
AFRICANOS	98	3	101	35	0	35	34	0	34	34	0	34	16	0	16	220
CRIoulos	44	11	55	2	0	2	1	0	1	4	0	4	0	0	0	62
NÃO DECLARADO	14	0	14	9	0	9	9	0	9	15	0	15	4	0	4	51
TOTAL	156	14	170	46	0	46	44	0	44	53	0	53	20	0	20	333

Fonte: Inventários das armações baleeiras catarinenses

⁵⁶ SLENES, Robert W. **Na Senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

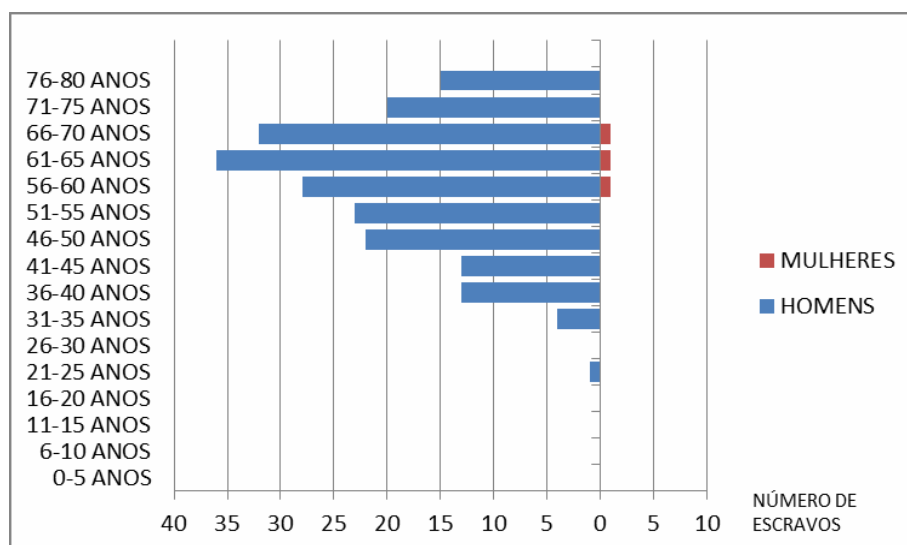
A porcentagem de mulheres entre os cativos crioulos, apesar de ser maior do que a quantidade verificada para os africanos estava longe do percentual apresentado no censo de 1796 para toda capitania. Enquanto nas feitorias elas eram 17,7% entre os crioulos, em Santa Catarina constituíam 45,9% da população de afro-descendentes escravos, números que indicam novamente uma opção dos administradores pela mão de obra masculina. Já para os africanos o que podemos perceber é um alargamento dessa diferença. Apesar do censo evidenciar para capitania uma proporção maior de homens, 67,9% para 32,1%, nos chama a atenção a amplitude desta dentro das armações baleeiras. Dos 220 cativos africanos, apenas 3 eram mulheres, resultando na proporção de 98,5% para ínfimos 1,5%.

No ano de 1750, quatro anos após sua fundação, o núcleo da Piedade possuía cerca de 107 cativos, todos africanos. Já no inventário de 1816, a configuração da armação se modificara drasticamente, dos 170 escravos que compunham a mão de obra da feitoria, apenas 59,4% foram declarados como de origem africana, a maior parte, cerca de 22% provenientes da África Centro-Ocidental: 19% Benguela, além de Congo, Cabinda, Angola, Mogumbe e Rebolo.⁵⁷

Ainda que não possamos inferir com exatidão as causas do declínio, principalmente pela falta de documentação, devemos levar em consideração a renovação da escravatura como fator chave para pensarmos tal conjuntura. Reposição esta que podemos projetar analisando principalmente a idade dos cativos arrolados em 1816, conforme ilustra a pirâmide etária abaixo:

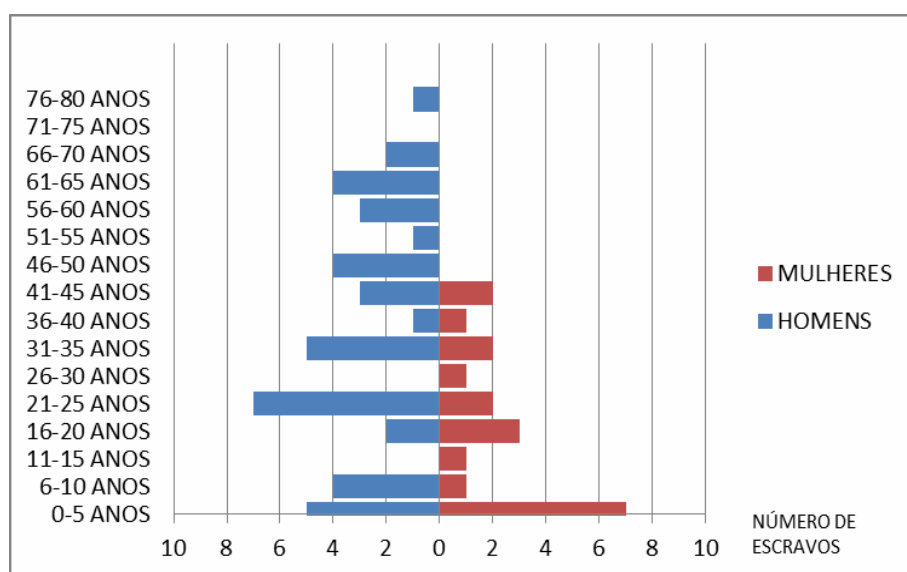
⁵⁷ Inventários das Armações Baleeiras.

Gráfico 1. Pirâmide etária dos africanos em 1816



Fonte: Inventários das armações baleeiras catarinenses.

Gráfico 2. Pirâmide etária dos crioulos em 1816



Fonte: Inventários das armações baleeiras catarinenses.

Com relação aos africanos, podemos perceber inicialmente uma curva em formato de arco, onde temos a partir da faixa etária de 31-35 anos o início da ascensão do grupo, tendo em vista que antes disso apenas um escravo possuía idade menor, 25

anos. O movimento se mantém até seu auge, a faixa entre os 61-65 anos, onde se encontravam 37 cativos, ou seja, 16,8% de todo grupo, e posteriormente inicia sua curva decrescente até a última faixa etária onde ainda encontramos 15 cativos, dos 76-80 anos de idade.

Já os crioulos apresentavam uma curva decrescente. Seu início e auge é a faixa etária de 0-5 anos, onde possuíam 12 cativos, número que representa 19,3% de todo grupo. A faixa posterior, de 6-10 anos contempla 5 escravos, todavia entre 11-15 anos, apenas um cativo foi arrolado, finalizando uma pequena curva decrescente que logo em seguida, na próxima faixa etária volta a subir. Dessa forma podemos pensar num movimento de pequenas “ondas”, que crescem, perdem força, terminam e voltam a crescer continuando o mesmo ciclo até a faixa derradeira de 76-80 anos, onde havia apenas um único escravo crioulo.

Analisando os dados dos dois grupos, podemos fazer algumas relações e criar algumas projeções acerca da dinâmica da mão de obra escrava.

O retrato apresentado pelos inventários se restringe ao ano de 1816, momento onde os cativos, principalmente os africanos já se encontram envelhecidos. Todavia, através de uma projeção retroativa podemos imaginar quando estes estavam no seu auge de trabalho, fator que possivelmente elevaria as feitorias ao mesmo patamar, tendo em vista que o grupo perfazia a maior parte da mão de obra.

As duas faixas etárias que possuíam o maior número de africanos eram entre os 66-70 anos, com 33 cativos e dos 61-65 anos com 37. Inclusive, somando-se aos africanos o número de crioulos e de escravos sem origem declarada, ambas permanecem como as faixas de idade com o maior número de escravos. Sendo assim, se tomarmos como média a idade de 65 anos, podemos sugerir que estes cativos nasceram por volta de 1751, adicionando cerca de 15 anos, idade provável da chegada pelo tráfico, chegaremos à conclusão que o período de auge da força de trabalho cativa nas armações foi na metade para o final da década de 1760, momento onde, segundo registros, abatia-se a maior quantidade de baleias nas feitorias catarinenses.⁵⁸

⁵⁸ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 175.

Além disso, a curva etária dos africanos sugere uma falta de renovação do elemento cativo dentro das armações. Pois segundo os inventários, excetuando-se um escravo de nome Simão Benguela com 25 anos e outros 4 cativos que orbitavam na faixa etária dos 31-35 anos, o último contingente considerável de africanos adquiridos pelas armações, tinham entre 36 e 40 anos. Sendo assim, possivelmente chegaram no início da década de 1790, momento onde erguia-se a feitoria de Garopaba, última armação instalada no litoral catarinense.⁵⁹ Desse período em diante cessa o investimento em africanos, que apenas envelhecem. Todavia engana-se quem imagina que o investimento apenas tenha mudado de eixo, saindo dos africanos para os crioulos, pois apesar de percebermos a compra desses elementos por parte das armações, estas adquiriam em pouca quantidade e em espaços largos e inconstantes de tempo, o que nos leva a crer que talvez somente em momentos de grande necessidade ou urgência investiam em crioulos novos, não numa renovação. Tal fato se comprova através da pirâmide etária, tendo em vista que entre os crioulos a faixa de idade com maior número de elementos é entre 0-5 anos, ou seja, escravos que nem mesmo foram comprados, nasceram dentro da feitoria da Piedade, a única feitoria em que constatamos a presença de famílias escravas.⁶⁰ Sendo assim, apesar de podermos perceber indícios de um processo de crioulização dentro dos núcleos pesqueiros, este não tem qualquer relação com as primeiras leis contra o tráfico ou com a política imperial de incentivo a imigração européia, como ocorre em Santa Catarina a partir de 1830⁶¹. O movimento apresentado nas armações foi fruto da falta de investimento das administrações que ao longo do tempo conduziram a indústria da pesca no litoral catarinense, sobretudo o período sob o comando da Coroa Portuguesa.

2.3. Escravos velhos e desgastados

Segundo José Flávio Motta, em pesquisa sobre posse e tráfico de escravos idosos na região cafeeira de Bananal e Piracicaba no século XIX, para precisar com exatidão a idade de transição entre o período adulto e idoso, fundamentalmente no que concerne

⁵⁹ Mesmo tendo em vista a construção das feitorias de Imbituba e da Ilha da Graça em 1796 e 1807 respectivamente, estas eram estruturas suplementares e não possuíam toda complexidade de uma armação regular.

⁶⁰ Vale dizer que em nenhuma outra armação, além da Piedade, verificamos a presença de mulheres e crianças arroladas no inventário de 1816.

⁶¹ Ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade étnica (1750-1850) In: FRAGOSO, João et al. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Edufes, 2014.p.622.

aos escravos, deve-se levar em consideração os parâmetros estabelecidos em relação à legislação escravista, como a faixa etária para obtenção da liberdade de acordo com a Lei dos Sexagenários e estatísticas de longevidade baseadas em recenseamentos imperiais. Seguindo tais análises o pesquisador sugere que:

“(...) a idade de 60 anos é muito elevada para servir como limite inferior da categoria de “escravos idosos” com a qual trabalhamos (...) mesmo correndo o risco de incorporar certa dose de arbitrariedade, as indicações selecionadas nortearam nossa opção pelo cômputo, como cativos idosos, daqueles com idades iguais ou superiores a 50 anos. Tal definição será utilizada, ademais, não apenas para a segunda metade do século XIX, mas para o Oitocentos como um todo.”⁶²

Ainda que haja uma certa relativização de acordo com cada recorte geo-espacial, o autor amplia a definição de escravo idoso, tomando como parâmetro a idade de 50 anos ou mais, para todo o século XIX, justamente o período de maior funcionamento das armações.

Adotando a faixa etária indicada por Motta, como ponto de secção entre as categorias, observamos nos arrolamentos das armações pesqueiras realizados em 1816 um conjunto de escravos envelhecidos, com cerca de 232 cativos que já haviam chegado, ou ultrapassado a casa dos 50 anos, número que caracterizava aproximadamente 70% do total da mão de obra escravizada.⁶³

Para a região de Bananal no início do século XIX, Motta apresenta um número total de idosos bastante reduzido em comparação com as estruturas pesqueiras catarinenses. Segundo as listas nominativas de habitantes da cidade, em 1801 o número de escravos com mais de 50 anos de idade formava apenas 4,5% do conjunto dos cativos. No entanto, é relevante notar que a maior parte dos escravos idosos, cerca de 72,2%, concentravam-se em fazendas com 10 ou mais cativos.⁶⁴ Isso sugere que as grandes unidades escravistas tinham a estrutura e a complexidade para manter escravos idosos, possivelmente por estarem integrados a comunidades de senzala e grupos familiares.

⁶² MOTTA, José Flávio. Velhos no cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, p. 5.

⁶³ Inventários das Armações Baleeiras catarinenses.

⁶⁴ MOTTA, José Flávio. **Op. Cit.**, p. 4.

No censo populacional da capitania de Santa Catarina em 1796, a sociedade escravista catarinense possuía um total de 8.645 homens brancos, desse total, apenas 600 foram listados com idade acima dos 60 anos, ou seja, cerca de 6,9%. O censo classificou os indivíduos de acordo com quatro grupos etários: o primeiro de 0 a 7 anos, o segundo de 7 a 15, o terceiro de 15 a 60 e o quarto de 60 anos ou mais. Dessa forma podemos sugerir que o último grupo evidencia a idade considerada como ponto de secção entre um homem livre adulto e idoso, 60 anos. Caso tomemos como parâmetro a idade sugerida pelo censo para incorporarmos os indivíduos a faixa etária dos idosos, 60 anos de idade, ainda assim teríamos 162 cativos idosos, cerca de 48% do total dos escravos. Número muito acima da capitania.⁶⁵

Inicialmente, se os proprietários pudessem escolher sem restrições a composição de seus plantéis, possivelmente estes seriam formados apenas por adultos jovens do sexo masculino obtidos pelo tráfico humano. No entanto, uma vez formadas, com o passar do tempo os grupos poderiam ser aumentados pela aquisição e pela reprodução natural ou entrarem em declínio pela ocorrência de mortes, doenças, fugas ou mesmo alforrias.

De acordo com Motta, a longevidade dos proprietários constituía-se em peça chave para explicar a conjuntura. Segundo ele, “Escravistas longevos, mantendo os escravos adquiridos ao longo de suas vidas, tenderiam a possuir cativos mais velhos”.⁶⁶ Outro fator relevante para o entendimento da composição etária dos núcleos é o alto número de africanos entre os escravos com mais de 50 anos de idade. Nos arrolamentos das armações baleeiras, entre cativos idosos com origem declarada, cerca de 93% eram africanos, ao todo eram 175 africanos, contra apenas 12 crioulos, desse total apenas 3 eram mulheres, todas de origem africana.

Analisando a situação de Vassouras entre os anos de 1821 e 1880, Ricardo Salles argumenta que a partir de 1850 as médias de idade das duas categorias, africanos e crioulos, começaram a subir. Porém acentuando-se a diferença nos ritmos em que esta

⁶⁵ Ibidem, p.5.

⁶⁶ MOTTA, José Flávio. **Op. Cit.**, p. 6.

elevação se dava. Segundo o autor, “como era de se esperar, após a interrupção do tráfico transatlântico, os africanos envelheceram mais em média do que os crioulos”.⁶⁷

Tal fenômeno ocorrera em Santa Catarina, décadas antes. Enquanto em São Paulo, o tráfico atlântico sustentara um regular abastecimento até o início da década de 1850 continuado pelo tráfico interno, em terras catarinenses já na década de 1830 havia se verificado uma grande queda no número de batismos de africanos novos, indicando um novo cenário escravista em que as chegadas de africanos, cujo auge se deu entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, haviam cessado e a criolização se intensifica.⁶⁸

Entretanto o que se verifica na documentação relativa às armações é um amplo domínio de indivíduos de origem africana, velhos e desgastados, fato que resulta no aumento médio de idade das suas escravarias, indício perceptível pelo número de cativos idosos entre o total de africanos, à exceção do núcleo da Piedade, que possuía cerca de 59% de cativos acima do 50 anos, tendo em vista a presença de mulheres mais jovens e 18 crioulos menores, fato que se refletia diretamente no valor das feitorias.⁶⁹

2.4. Os valores dentro das armações

No início do século XIX na armação da Lagoinha, Antonio Congo de 35 anos possuía o valor de 115\$200, o oficial de tanoaria Jozé Angola, doente, valia 20\$000, na Piedade, Anna Crioula de 33 anos, mulher de Francisco Magumbe era listada com o valor de 89\$600, valores que obedeciam em vezes a uma complexa equação de fatores e características como: idade, gênero, função, origem, condição de saúde e estado civil.

Com relação aos homens, os de maior preço eram geralmente, os mais jovens, mais fortes e que possuíam especialidade em algum ofício, como Gabriel Crioulo de 24 anos, cativo de maior valor entre todas as armações, que exercia as funções de calafate e remeiro na feitoria da Piedade. Quanto às cativas, geralmente casadas ou viúvas, as mais

⁶⁷ SALLES, Ricardo. **Op. Cit.**, p. 167.

⁶⁸ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Op. Cit.**, p.622.

⁶⁹ Inventários das Armações Baleeiras catarinenses.

jovens alcançavam maiores valores, tendo em vista que não possuíam funções distintas, caso de Efigênia Crioula e Jacintha Crioula, que valiam ambas 115\$200.⁷⁰

Já os crioulos e crioulas menores variavam fundamentalmente com a idade, conforme iam chegando próximos da adolescência e se fortalecendo para o trabalho, automaticamente eram valorizados, como era o caso de Maximiniana de 12 anos que mesmo sem função, alcançou o valor de 80\$000.

Todavia o valor total da força de trabalho escravizada não era constituído apenas dos cativos mais fortes e saudáveis, haviam os doentes, decrepitos, "*quebrados*", parte destes inutilizados e classificados como sem valor no arrolamentos. Segundo os inventários, dos 333 cativos que formavam mão de obra das feitorias, 84 eram inutilizados, ou seja, 25% deles não possuíam valor algum. Além disso, 52 cativos doentes mantinham-se exercendo suas atividades, somando 134 cativos com problemas de saúde, como é o caso de Joaquim Benguella que mesmo reumático aos 59 anos permanecia exercendo a função de remeiro na feitoria de Garopaba ou Raimundo Mina, aleijado da mão esquerda, que trabalhava como tanoeiro aos 65 anos no núcleo da Piedade.⁷¹

O valor médio de um escravo nas feitorias pesqueiras catarinenses era de 42\$374, no entanto o cálculo apenas suavizava a discrepância entre o valor médio do cativo saudável, 61\$495 e do doente, 14\$604. O envelhecimento e as condições de saúde dos escravos das armações afetavam em grande medida o valor dos grupos de escravos e, por conseguinte dos núcleos, problemática exposta pela pequena fatia que o valor dos cativos alcançava no montante final dos arrolamentos feitos das armações.

No final de 1816 a soma dos bens de todos os núcleos pesqueiros alcançava o valor de 111:663\$620, desse total apenas 14:110\$800, cerca de 12% correspondia ao valor da mão de obra cativa. A exceção ficava por conta da feitoria de Imbituba, cujo valor da mão de obra escravizada compunha cerca de 20% do valor final da armação, fato compreensível pela ausência quase completa de cativos doentes, como ilustra abaixo o arrolamento:

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

Tabela 4. Lista dos escravos da Armação de Imbituba em 1816.

NOME	ORIGEM	FUNÇÃO	SAÚDE	IDADE	VALOR
Antonio	Mossila	Cortador da Praia	-	47	96\$000
Apolinario	Mina	Chacoteiro	-	60	50\$000
Antonio	Moquissanje	Pedreiro	-	50	100\$000
Clemente	Mogumbe	Remeiro	-	55	51\$200
Francisco	Moquipungo	-	-	60	76\$800
Gaspar	Rebollo	Chacoteiro	-	55	64\$000
Joaquim	Ambei	Remeiro	-	45	90\$000
João	Benguella	Chacoteiro	-	73	25\$600
João	-	Chacoteiro	-	63	25\$600
João	Moquissanje	Chacoteiro	-	57	48\$000
Luiz	Benguella	Cortador do Açougue	-	55	51\$200
Manoel	Moquissange	Gancheiro	-	40	80\$000
Paulo	Cassange	Carpinteiro da Ribeira	-	59	64\$000
Paulo	Congo	Calafate e Cortador decima da Baleia	-	60	80\$000
Pedro	-	Chacoteiro	-	70	16\$000
Pedro	Ambaca	Chacoteiro	-	60	25\$000
Simão	Benguella	Cortador de cima da Baleia	-	25	100\$00
Thiago	Benguella	Gancheiro	-	60	32\$000
Thomas	Moquipungo	Mestre de Azeite	-	50	57\$600
João	Rebollo	-	Decrépito	70	-

Fonte: Inventário da Armação de Imbituba.

Dos vinte escravos que formavam a mão de obra, apenas João Rebollo de 70 anos foi arrolado como decrépito, todos os demais possuíam valor. Entretanto é curioso perceber que a configuração etária da feitoria não se diferenciava dos outros núcleos, pelo contrário, o percentual de cativos acima dos 50 anos é de 80%, cerca de 10% a mais do que a média geral para todas as armações, conjuntura que em circunstâncias regulares levaria o núcleo a possuir pelo menos oito escravos doentes, seguindo a média das outras armações.

Talvez, servir apenas como suporte para a feitoria de Garopaba demandasse uma quantidade menor de escravos. Tendo em vista que a função principal do núcleo era beneficiar o cetáceo, os cativos acabavam por exercer atividades menos árduas, que não apresentavam o mesmo desgaste dos demais.⁷² Fato é, que o envelhecimento e adoecimento dos escravos não deve ser percebido apenas como uma conjuntura que

⁷² Inventário da Armação de Imbituba.

comprova a exigüidade de investimento por parte dos administradores nos núcleos e em especial na renovação da mão de obra escrava, mas também deve ser analisado como grande obstáculo para a continuidade da indústria baleeira num período de grave crise no setor. Ademais, havia alternativas de investimento para os possíveis arrendatários, como a produção de farinha de mandioca, empresa em ascensão no início do século XIX e que poderia atrair o capital de particulares por sua maior rentabilidade.

2.5. Os ofícios e os problemas físicos

Segundo os arrolamentos realizados em 1816, diversos tipos de problemas físicos atingiam os cativos, entre os cerca de 134 escravos que possuíam problemas de saúde haviam dois com moléstia incurável, outro com chagas cancerosas, um doido, outro maníaco, alguns asmáticos, um reumático, entre outros. Todavia, neste segundo capítulo a análise orienta-se para relação entre o envelhecimento e as condições físicas dos escravos e as atividades exercidas nas armações, para apontar de que forma o trabalho desenvolvido nos núcleos afetava as condições dos cativos. Dentro desse universo classificativo, as palavras *decrépito* e *quebrado* constituíam juntas 47% das enfermidades que acometiam os escravos. O termo *decrépito* foi utilizado para identificar cerca de 25% dos cativos, já o termo *quebrado* classificou cerca de 22% da mão de obra doente nos núcleos.

De acordo com o dicionário, *decrépito* refere-se a um adjetivo imputado ao velho, senil, que perdeu todo vigor de outrora e encontra-se arruinado, decaído. Entretanto a raiz do adjetivo se remete a palavra latina *crepare*, cujo significado é rachar, quebrar, expirar ou ainda perecer.⁷³ No dicionário Raphael Bluteau de 1728, a palavra *quebrado* serve como adjetivo para uma pessoa que se encontra com “forças ralas, quebrada de muito trabalho ou ainda que padeceu do mesmo”. O vocabulário indicava, portanto, que se tratava de cativos idosos que no constante trabalho pesado resultava em um conjunto de trabalhadores marcado por problemas físicos.⁷⁴

⁷³ Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2004.

⁷⁴ Ver: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

Focando nas atividades exercidas nas armações, observamos uma série de secções e hierarquias organizacionais que segmentavam os trabalhos a serem desempenhados pela mão de obra dos núcleos. Inicialmente devemos perceber a existência de dois tipos fundamentais de trabalhadores dentro das Armações: os assalariados e os cativos. Em alguns casos de exceção, homens de toda sorte, inclusive soldados, eram deslocados para os núcleos mediante pagamento. Todavia estes eram controlados sob a pena de castigos físicos por ordem do Governador ou Provedor da Fazenda Real.⁷⁵

As funções da mão de obra assalariada giravam em torno da administração dos núcleos e das práticas médicas e religiosas. Sendo assim, os cargos compatíveis eram comumente os de administrador das armações, feitor, cirurgião e padre, quando a feitoria possuía hospital e Capela. Todavia, outras funções que se encontravam abaixo na hierarquia da Armação, poderiam ser remuneradas, como o caso dos arpoadores, elemento central no momento de abater a gigantesca presa.⁷⁶

Segundo Zimmermann no núcleo da Lagoinha, haviam duas espécies de contratos que englobavam estes trabalhadores. Para as atividades regulares e fundamentais fechava-se acordos anuais, onde o salário era calculado através dos meses, característica que ampliava-se para as demais armações, como podemos verificar nas contas de despesas da feitoria de Garopaba:

31 de Dezembro de 1816

Dito que paguei aos Baleeiros que fiserão a Pesca do mesmo anno na Real Armação de Garopaba e Suplemento de Imbituba com mais despesas, como da suarespectiva conta _____ 1:433#360⁷⁷

Além destes, haviam os jornaleiros, trabalhadores contratados por jornada de acordo com as necessidades do núcleo e remunerados após seu período de atividade que poderia igualmente variar. Todavia, a maior parte das atividades ficavam a cargo dos cativos. Segundo Ellis, as funções dentro das armações respeitavam uma lógica de especialização. Os cargos dentro do processo produtivo das feitorias que demandavam maior conhecimento eram legados aos trabalhadores assalariados.

⁷⁵ ELLIS, Miriam. **Op. Cit.**, p.103.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Inventário da Armação de Garopaba.

Além disso, a autora sugere que estes preferencialmente realizavam trabalhos em terra, atividades que levariam uma menor possibilidade de acidentes ou morte.⁷⁸ Tal hipótese é discutível.

Em relação ao núcleo da Lagoinha, de acordo com Zimmermann o que verifica-se ao analisar as fontes é que os escravos desenvolviam funções em terra e mar, e pelas descrições dos cativos, alguns sem braços, outros decrépitos, eles não eram poupados dos serviços ditos perigosos. O argumento da autora baseia-se na análise das atividades exercidas pelos escravos registradas no inventário do núcleo em 1816.⁷⁹

Tomando o conjunto dos inventários, o quadro geral das funções exercidas e das condições físicas dos trabalhadores observamos uma configuração semelhante à do núcleo do Ribeirão da Ilha, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 5. Funções desempenhadas e condições físicas dos cativos nas feitorias em 1816.

OFÍCIO	CATIVOS NA FUNÇÃO	CATIVOS COM PROBLEMAS FÍSICOS
REMEIRO	42	6
GANCHEIRO	10	3
CHACOTEIRO	37	9
TANOEIRO	7	6
CALAFATE	12	5
MESTRE DE AZEITE	16	4
CORTADOR DE CIMA DA BALEIA	10	1
CORTADOR DE AÇOUGUE	4	3
CONTRAMESTRE	1	1
FALQUEIJADOR	6	3
PEDREIRO	13	4
CANOA	1	1
POMBEIRO	1	2
CARPINTEIRO	19	1
PATRÃO DE LANCHAS	2	2
CORTADOR DA PRAIA	5	-
REBATEDOR DE PIPAS	3	-
FERREIRO	2	-
ARREBATADOR DE PEITO	1	-
TIMONEIRO	2	-
CABENA	1	-
ARPOADOR	1	-
DE TODO SERVIÇO	5	1
SEM FUNÇÃO DECLARADA	132	82
TOTAL	333	134

Fonte: Inventários das armações baleeiras catarinenses. Do total dos escravos, 19 tinham dupla função registrada e desses, 3 estavam doentes.

⁷⁸ ELLIS, Miriam. **Op. Cit.** p. 97.

⁷⁹ Ver: ZIMMERMANN, Fernanda. **O funcionamento da Armação da Lagoinha... Op. Cit.**

O primeiro dado fundamental a ser destacado é o número de cativos que exerciam funções no mar. De acordo com os arrolamentos, cerca de 22% dos cativos trabalhavam em atividades marítimas, conforme Ellis, as mais perigosas. Além disso, o ofício que absorvia o maior número de escravos dentro dos núcleos era o de remeiro, dos 202 cativos que possuíam função discriminada, 42 foram declarados com a dita função. Ademais, segundo a tabela apresentada, apenas 17% dos cativos que trabalhavam em alto mar apresentavam problemas físicos, número aproximadamente 10% menor em relação aos que labutavam em terra.⁸⁰ A explicação para tal conjuntura pode estar justamente no desleixo, falta de organização e investimento da própria administração das feitorias.

É pouco plausível que a administração local das armações desejasse ver sua mão de obra consumida por problemas de saúde. Sendo assim talvez recomendasse que os cativos fossem preservados. Entretanto, a análise da pirâmide etária deixa claro que o último período de investimento em africanos se deu no início da década de 1790, e que a compra de crioulos, se de fato ocorreu, foi mínima, tendo em vista que segundo as faixas etárias apresentadas na pirâmide, somente 15 cativos num espaço de 15 anos, entre a faixa etária de 16 aos 30 anos, poderiam ter sido comprados no período de administração da Coroa Portuguesa. Sendo assim, a solução encontrada pode ter sido deslocar os cativos para as atividades exercidas no mar, expondo-lhes em teoria, a um maior perigo. Além disso, como forma de preencher algumas lacunas deixadas por escravos que faleciam ou que viam-se impossibilitados de manter-se trabalhando por conta de sua condição de saúde, talvez o núcleo impusesse a alguns escravos, a necessidade de exercerem duas atividades, principalmente as menos especializadas como a função de remeiro.

Outra relação importante que pode ser analisada é o fato dos escravos sem ofício declarado perfazerem a maior parte dos escravos dos núcleos. Dos cerca de 134 cativos com problemas de saúde, apenas 52 possuíam função dentro dos núcleos. Os demais 82, cerca de 61%, não possuíam indicativo de ofício, o que nos leva a crer que os problemas físicos já em estágio avançado os impossibilitavam de permanecer

⁸⁰ Inventários das Armações Baleeiras catarinenses.

exercendo suas funções na feitoria, condição que exigia a aquisição de novos escravos, fato que a Real Fazenda ignorou durante seu período de administração das armações.⁸¹

De acordo com Ellis, alguns escravos acumulavam mais de uma função, como o caso de João Cabinda de 46 anos, que aparece arrolado no inventário da Lagoinha em 1816 exercendo a dupla função de remeiro e aprendiz de carpinteiro, fato que corrobora com a visão de falta de cativos, tendo em vista que a feitoria não possuía nenhum outro trabalhador listado como carpinteiro, função essencial para os núcleos pesqueiros levando em consideração a utilização de barcos e ferramentas de madeira.⁸²

Com relação a todas as armações, o número de escravos que acumulavam duas funções chegava a aproximadamente 10%. Todavia, é interessante perceber que mesmo com uma média de 54 anos, apenas 15% destes sofriam com algum tipo de problema físico, o que nos leva a crer que desempenhavam tarefas menos desgastantes, preservando uma condição ímpar num conjunto em que tantos tinham problemas de saúde.

De qualquer forma, o que fica evidente através do retrato apresentado pela documentação arrolada é a falta de investimento na renovação da mão de obra cativa, que tem início principalmente a partir do início de 1790, ainda no período de contrato dos Quintela. Sendo assim, podemos sugerir um desleixo administrativo desde a época dos contratadores particulares. No entanto é no período compreendido entre os anos de 1801 e 1816 que a característica se torna latente, haja vista o fato da maior porcentagem de crioulos em todas as armações em 1816 terem menos de 5 anos de idade, ou seja, não trabalhavam e tampouco haviam sido comprados. Sendo assim, o que restava como mão de obra aos núcleos eram em grande parte os africanos envelhecidos, muitos deles com enfermidades, mas ainda exercendo suas funções e uma outra significativa porção que nem isso poderiam mais fazer, colaborando em grande medida para o declínio da indústria baleeira, e seu posterior fim.

⁸¹ Idem.

⁸² ELLIS, Miriam. **Op. Cit.**, p.97.

CAPÍTULO 3 – DOENÇAS E TRATAMENTOS

“A curiosidade, a imprevisão, as efervescências motivadas por paixões, a impaciência de todo o julgo e inabilidade para se regerem a si mesmos; a vaidade, o furor de se divertir, o ódio ao trabalho, que assinalam geralmente a adolescência dos europeus, marcam todos os períodos da vida dos pretos, que se podem chamar homens-crianças e que carecem viver sob uma perpétua tutela: é pois indispensável conservá-los...”

Carlos Augusto Taunay

O militar francês Carlos Augusto Taunay redigiu o Manual do Agricultor brasileiro com base em sua experiência como militar, agricultor e periodista. O livro, editado originalmente em 1839, configurou-se como um dos primeiros tratados agrícolas do país. Todavia não se restringe a tais assuntos, pois prescreve medidas e apresenta propostas para problemas vivenciados pelo Império.⁸³ A importância da peça amplia-se quando a encaramos acima de tudo como um documento para a compreensão da sociedade escravista do século XIX e da mentalidade das elites locais.

A vivência teria levado o militar-agricultor à compreensão de que cativos em geral eram como crianças, no máximo adolescentes no sentido intelectual e por isso precisavam de amparo constante, além é claro, de vigilância e disciplina. Além disso, o ambiente ofertado e a assistência prestada, principalmente nos momentos de enfermidade constituíam-se em elementos centrais para compreensão das condições dos trabalhadores dos núcleos baleeiros.

Sendo assim, para construirmos uma análise acerca das doenças e dos tratamentos dispensados a população escrava nas feitorias baleeiras, é imprescindível que nos pautemos inicialmente pelas condições ambientais proporcionadas aos trabalhadores, como: a alimentação, a moradia, o trato dos senhores, a vestimenta utilizada, entre outras relações adjacentes.

⁸³ TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Organização de Rafael Bivar Marques. São Paulo: Cia da Letras, 2001. A citação da epígrafe está na página 53.

3.1. Alimentação

Freqüentemente uma boa saúde está associada a uma alimentação equilibrada, tendo em vista que uma dieta adequada colaboraria para o restabelecimento de uma eventual saúde perdida. No juramento de Hipócrates, datado do século IV a.c, encontramos: “prescrever, de acordo com minha capacidade de julgamento, regimes que considere benéficos aos pacientes e não prescrever quaisquer outros, que possam ser perniciosos ou lesivos”⁸⁴. Segundo o grego, o regime alimentício era fundamental para o reequilíbrio do corpo enfermo. Todavia em alguns momentos, fundamentalmente em relação aos sujeitos a trabalhos pesados, ter o que comer e de preferência com certa freqüência, significava a condição necessária para manter-se minimamente saudável.

De acordo com os arrolamentos de 1816, todas as armações, com exceção de Imbituba, possuíam roça própria. A produção visava inicialmente o abastecimento dos próprios núcleos, todavia a julgar pelos números das plantações, possivelmente vendia-se o excedente, caso de Itapocoróia que possuía cerca de 600 pés de laranja, avaliados em 192\$000, número alto em termos de autossuficiência. Havia também nas feitorias, pés de café (na Piedade eram 80) mandioca em quartéis, milho e touceiras de bananeiras.⁸⁵

Saint Hilaire em viagem pelo interior de Minas Gerais observou que a saúde dos cativos que trabalhavam na busca por minérios na região, mostrava-se debilitada pelo exaustivo trabalho e, sobretudo pela alimentação irregular que recebiam.

“obrigados a estar continuamente dentro da água durante o tempo da lavagem do minério e consumindo alimentos pouco nutritivos, quase sempre frios e mal cozidos, tornam-se pela debilidade do tubo intestinal, morosos e apáticos.”⁸⁶

A relação estabelecida pelo viajante entre o estado apático e lânguido dos escravos e a precária alimentação sugere uma falta de nutrientes. Sendo assim, apesar dos senhores fornecerem os alimentos para os trabalhadores escravizados, tendo em vista que esta se constituía na mão de obra indispensável na produção de riquezas, é pouco tangível pensarmos que estes pautavam essa oferta de acordo com as

⁸⁴ Juramento de Hipócrates. Apud. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Niterói: Vício de Leitura, 2002, p. 98.

⁸⁵ Inventários das Armações Baleeiras catarinenses.

⁸⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p.16. Apud. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Op. Cit.**, p. 99

necessidades nutricionais de cada cativo ou em função do trabalho desempenhado. Dessa forma, a pouca variedade e possivelmente o baixo valor nutricional dos alimentos, levavam os corpos cativos a um desequilíbrio entre trabalho exaustivo e a ausência de um regime adequado para suportá-lo, relação desproporcional que comumente refletia-se como apontou o viajante francês em apatia, morosidade e enfermidades.

Publicações de manuais e tratados agrícolas, como o Manual do Agricultor de Taunay, buscavam nortear as ações dos fazendeiros em relação a todo universo da propriedade rural, inclusive sugerindo como os escravos deveriam ser alimentados. O francês afirmava que estes deveriam receber os alimentos necessários para manter a saúde e a força.

“um negro não deveria receber por dia menos de um décimo da quarta do alqueire raso de farinha de mandioca, meia libra de carne fresca ou quatro onças de carne salgada ou peixe, e duas onças de arroz ou de feijão; subentendendo-se que, segundo as localidades, se admitiriam os equivalentes em fubá, arroz, toucinho, peixe, etc.”.⁸⁷

Apesar de negligenciarmos a proporção das medidas dos alimentos, a sugestão do autor apresenta claramente uma monotonia nutricional, pautando-se de maneira básica em farinha de mandioca e carne, esta, possivelmente de acordo com o preço ou região, variava entre a carne vermelha e o peixe. No entanto, a antropóloga Paula Pinto da Silva, argumenta que tal padrão alimentar tedioso estava longe de ser exclusividade da mão de obra cativa, segundo ela “a comida cotidiana era mais simples, monótona e menos saborosa do que pintavam os viajantes”, constituindo-se basicamente de produtos “da terra”, farinha de mandioca, peixes e carnes de caça quase sempre secos, com exceção da carne de porco, cozida ou assada, feijões de caldo ralo e tubérculos comidos cozidos.⁸⁸ Para os escravos tal expectativa era ainda mais baixa, tendo em vista a ausência da carne e o enorme consumo de “mandioca cozida ou com farinha, o milho pilado, socado, quebrado ou feito farinha, feijões e alguns tubérculos nativos, além das bananas e laranjas”.⁸⁹

⁸⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. **Op. Cit.**, p. 60

⁸⁸ PINTO, Paula. **Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial**. Senac, 2005.

⁸⁹ Idem.

Com relação aos núcleos pesqueiros percebemos maior proximidade com o regime alimentar sugerido por Taunay, fundamentalmente pela presença da carne. De acordo com Ellis, os gêneros de primeira necessidade fornecidos às armações eram a carne-seca, o charque, a farinha de mandioca, o sal e o fumo. A carne-seca, base da alimentação cotidiana de escravos e baleeiros e a farinha provinham do mercado interno. O sal era importado de Portugal e distribuído pelo Rio de Janeiro às armações e destinava-se principalmente a salga de peixes e a fins medicinais.⁹⁰

Segundo relato de despesa, feito pelo administrador da feitoria de Garopaba Manoel Marques Guimarães no ano de 1817, o núcleo despendeu da quantia de 157\$760 na compra de farinha para o sustento dos escravos:

Dinheiro pago pelo feitor Joaquim José Machado 1.000 alqueires de farinha que se comprarão a vários e por diferentes preços para o sustento dos escravos desta Armação dos do suplemento de Imbituba e dos que virão da de Ilha de Santa Catharina ajudar no serviço da pesca, no decurso de hum anno como na conta e recibo

157\$760⁹¹

Além do item básico, verifica-se também a compra de bagre salgado por parte dos núcleos. Conforme a documentação, o feitor do núcleo de Imbituba, Manoel Francisco de Sousa Medeiros adquiriu no dia 31 de Maio de 1817, cerca de doze centos de bagre salgado para os escravos na falta de carne, ao preço de 4\$320. Apesar de a prática ser comum, como afirma Taunay, o fato do núcleo precisar comprar peixe salgado para complementar a alimentação dos cativos na falta de carne, pode sugerir falta de recursos, tendo em vista que o bagre salgado constituía-se numa fonte de proteína mais em conta que a carne bovina, todavia com menor valor nutricional, como apontou em 1817 o administrador da Feitoria da Piedade, Jacinto Jorge dos Anjos, escrevendo ao administrador-geral da Pesca das Baleias:

“(...) Serão remettidos à lagoinha 40 alqueires de Sal que V. Sra. Manda para naquella Armação se fazer salga de peixe com que se ajude a sustentar a Escravatura della, o que estimarei se consiga. He certo que o excessivo preço em que agora o charque esta faz tremer a quem tem tanta Escravatura que sustentar porem nenhum outro alimento he tão capax de sustentar as forças de hum Escravo que todo dia está com hum maxado na mão a cortar lenha ou coberto de

⁹⁰ ELLIS, Myriam. **A Baleia... Op. Cit.**, p. 85.

⁹¹ Inventário da Armação de Garopaba.

suor em carregala senão a Carne Seca e por isso he o melhor alimento que se pode dar a Escravatura; e que me parece bem mais acertado he que quando houverem no Rio Grande as novas Charqueadas mande V.S.^a ali comprar huma porção de Carne para remeter a esta d'onde se forneção as mais Armações (...)⁹²

Em tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1847, David Jardim Gomes propôs que a alimentação dos cativos fosse “variada, composta de substâncias tiradas dos reinos vegetal e animal e em quantidade tal que satisfaça as pressões do organismo”.⁹³

Apesar de não focar-se na carne, a exemplo do administrador, podemos perceber na tese proposta a mesma preocupação com a nutrição dos cativos. Possivelmente para Jardim as necessidades nutricionais do corpo, agravadas pelo trabalho exaustivo, eram substancialmente complexas, sendo assim era fundamental que o cativo estivesse bem nutrido, a fim de suportar uma diversidade de exigências do corpo para manter-se saudável, relação que eleva a alimentação nos núcleos a um patamar de grande importância para a manutenção da força de trabalho.

3.2.Vestimentas

A indumentária inicialmente vinha parte da Metrópole e parte era confeccionada no Rio de Janeiro com tecidos importados de Portugal. Já no século XIX os teares ingleses passaram a produzir os “panos e brins” que posteriormente se tornavam as ceroulas, as camisas, os casacos e as baetas utilizadas pelos cativos das armações.⁹⁴

Entre os anos de 1816 e 1817, após os núcleos retornarem às mãos de um consórcio de investidores, estes receberam um investimento de 40:000\$000 visando uma renovação das estruturas pesqueiras. Parte desse capital inicial foi gasto na aquisição de novas vestimentas para os cativos. De acordo com a documentação, em julho de 1816 foram enviados um lote de panos, camisas e cadarços de lã para a feitoria da Piedade.⁹⁵ Um ano depois, em 1817, a lista de gêneros adquiridos pelo administrador da Armação de Garopaba, apresentava a compra de 70 Camisas de

⁹² ELLIS, Myriam. **A Baleia... Op. Cit.**, p. 98.

⁹³ JARDIM, David Gomes. Algumas considerações sobre a higiene dos escravos (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847). Apud.EUGÊNIO, Alisson. Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 42 (2010), p. 139.

⁹⁴ ELLIS, Myriam. **A Baleia... Op. Cit.**

⁹⁵ ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira... Op. Cit.**,p. 80.

algodão, 70 calças de algodão, 70 ceroulas de algodão e 70 casacos de pano azul curtos.⁹⁶

O processo de reestruturação das armações implementado pelos novos arrendatários talvez refletisse a falta de investimentos por parte da Coroa Portuguesa, durante sua administração desde 1801. Dessa forma, podemos supor que durante o período anterior não houve preocupação em relação às vestes dos cativos, fato que podia provocar alguns problemas de saúde ou agravar uma condição pré existente.

Segundo Katia Matoso, devido às atividades servis intensas e à má qualidade dos tecidos que os senhores forneciam, os escravos voltavam para a senzala com suas vestimentas sujas e molhadas, sujeitos a doenças infecciosas que poderiam ser transmitidas por um eventual rodízio na utilização das mesmas ou contato com a veste, contribuindo para o aparecimento especialmente de doenças respiratórias, estas intensificadas pelo frio no sul do país e condições de trabalho.⁹⁷

3.3. Senzalas

*Dispostas em quadra ou formando um alinhamento, com paredes laterais de pedra e cal, de tijolo e adôbe, e divisões internas de pau-a-pique, eram as senzalas construídas sobre pilares e esteios, como as moradias dos feitores e dos baleeiros, em cujas proximidades se erguiam. As mais rústicas, inteiramente de pau-pique, dispunham de cobertura de palha.*⁹⁸

Apesar da disposição das estruturas e dos materiais utilizados na construção das senzalas serem úteis no estudo de práticas de controle senhorial e costumes culturais africanos⁹⁹, podem também elucidar uma possível relação entre a moradia e a origem de patologias das pessoas escravizadas.

Em 1855, quando uma grande epidemia de cólera assolava Minas Gerais, uma comissão sanitária da cidade de Queluz, região metalúrgica mineira, insistiu que os grandes proprietários deveriam realizar algumas melhorias estruturais no que concernia às condições de vida dos escravos e indicavam: “Convém que se mandem fazer senzalas

⁹⁶ Inventário da armação de Garopaba

⁹⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 139

⁹⁸ ELLIS, Myriam. **A Baleia... Op. Cit.**, p. 79.

⁹⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, 2005, vol.13, n.2, p. 165-188.

espaçosas, arejadas e limpas, que também tenham salas, com todos os compartimentos assoalhados e forrados, tendo boas janelas e o conveniente asseio[sic] para enfermarias dos doentes”.¹⁰⁰

A sugestão da comissão encontrava-se em conformidade com o que propunha Taunay para as construções:

As senzalas devem ser levantadas do chão e conservadas com muito asseio, e é bom que os pretos durmam em jiraus, e que cada um tenha a sua esteira e um bom cobertor, sendo preciso haver todos os domingos uma inspeção severa do estado e limpeza da habitação, camas e vestidos da escravatura, a qual, se não houver todo o cuidado e previsão, se deixará atolar na sua imundície, ou venderá os trastes e cobertores.¹⁰¹

Apesar de o autor recomendar que as estruturas respeitassem uma série de questões de ordem sanitária, com claras vistas a evitar o surgimento e propagação de patologias entre os escravos, devemos crer que em raríssimos casos os senhores observavam tais recomendações, talvez apenas em momentos de epidemias. Na realidade, para o médico fluminense David Jardim Gomes, as moradias eram freqüentemente “mal construídas, colocadas sobre terrenos lamacentos, abertas de todos os lados e tão imundas” que se constituíam em “verdadeiras pocilgas”.¹⁰² Segundo o Dicionário da Língua brasileira escrito por Luiz Maria da Silva Pinto em 1832¹⁰³, a palavra “posilga” significava “cercado onde se recolhem porcos” ou “casa muito çuja”, sugerindo as condições gerais de higiene das senzalas no Brasil Colonial.

Apesar de não possuímos relatos sobre as condições de limpeza das senzalas das feitorias, podemos estabelecer relação entre as dimensões das construções e o número de cativos que estas abrigavam, aventando a possibilidade das dimensões espaciais das senzalas se constituírem como agravo a eventuais epidemias infectocontagiosas

¹⁰⁰ APM. Ofícios do governo da província, SP 574, 1855, p. 48. Apud. EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.

¹⁰¹ TAUNAY, Carlos Augusto. **Op. Cit.**, p. 63.

¹⁰² JARDIM, David Gomes. Algumas considerações sobre a higiene dos escravos (Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847). Apud. EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes... Op. Cit.**, p. 132.

¹⁰³ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira** por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

No núcleo da Lagoinha, os dois conjuntos de casas, o primeiro na parte continental e o segundo na parte insular, possuíam respectivamente 400 palmos de frente e 27 de fundo e 34 palmos de frente e 30 de fundo. Convertendo as medidas, conforme o “Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial” elaborado por Roberto Simonsen¹⁰⁴, podemos auferir que a primeira sequência de casas possuía cerca de 522,72 m², já o segundo prolongo apresentava aproximadamente 49,36m². Levando em consideração que segundo o inventário de 1816 a armação possuía 46 cativos, cada um deles dispunha em média de um espaço com 12,43 m², o que não seria pouco. Todavia devemos pensar que a estrutura havia sido projetada para abrigar uma quantidade maior de cativos. Levando em consideração que o número de escravos estava em declínio no ano de 1816, é possível que num período anterior, talvez no final do século XIX, os cativos dividissem um espaço mais reduzido.

Já na feitoria de Garopaba a senzala constituía-se de um prolongo de casas com 300 palmos de frente, 30 de fundo e 12 de pé direito. Convertendo as unidades, podemos estabelecer em medidas aproximadas que cada uma das 10 casas do prolongo possuíam em média cerca de 43,56 m², ou seja, 8,21m² para cada cativo. Em Imbituba a estrutura era um pouco mais modesta, constituía-se num prolongo de casas com 125 palmos de frente, 35 de fundo, 10 de pé direito. Entretanto devemos lembrar que a feitoria possuía o menor número de escravos dentre todos os núcleos baleeiros, apenas 20. Dessa forma podemos auferir que cada cativo tinha em média 10,5m² a sua disposição. Para os escravos de Itapocoróia, o que havia era um prolongo de casas com 184 palmos de frente 32 de fundo e dividido em 26 Casas. Cada uma das casas transformando as medidas possuía em média 10,9m², levando em consideração o número de 44 cativos para o núcleo, cada um deles usufruía de 6,4m².

Já a Piedade, como apontado anteriormente configura-se como exceção. No núcleo haviam dois tipos de senzalas: para solteiros e para casados.

Segundo o arrolamento de 1816, a estrutura dos casados tinha 149 palmos de frente, 30 de fundo, levantada sobre pilares com parte das paredes de fora de tijolos.

¹⁰⁴ Conforme o “Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial” elaborado por SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 7ª ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977, pp. 462-463.

Enquanto a dos solteiros era um prolongo de casas de pedra e cal com 725 palmos de frente, 151 de fundo e repartida em 44 casas. Convertendo as medidas, a senzala para os casais possuía 216,34m². Tendo em vista que as 11 crioulas eram casadas, temos um número de 22 escravos para habitar a senzala, somando a esse número os 18 crioulos menores, seus filhos, mesmo se não o fossem é pouco provável que ficassem na senzala dos solteiros, teríamos um total de 40 cativos no espaço. Sendo assim cada um teria 5,4m². Espaço reduzido. Principalmente em relação aos solteiros que naquele momento possuíam cada um em média, incríveis 40,7m². Espaço que nos dá uma boa ideia da defasagem do número de cativos na indústria baleeira no período.

Além disso, os espaços amplos das moradias cativas acabam por reduzir a possibilidade de podermos relacionar diretamente as senzalas à eclosão ou agravamento de epidemias. Talvez somente uma precária condição de higiene refletisse em certa medida na saúde dos cativos dentro desse contexto, no entanto ainda há poucas evidências que compravam tal ligação dentro dos núcleos baleeiros. Sendo assim, de maneira geral ainda são necessárias mais fontes para que possamos perceber e analisar o impacto da moradia dos cativos em sua condição física.

3.4. Maus-tratos

As formas de controle utilizadas nas unidades produtivas do Brasil Colonial comumente levavam em consideração características específicas do ambiente e a relação deste com o trabalho desempenhado pela mão de obra cativa. De acordo com Ellis:

Os trabalhos rudimentares e rotineiros do retalhamento da baleia, da remoção de postas de carne e de toicinho, do tratamento das barbatanas, do desbastamento de matas, corte e transporte de lenha, da manutenção do lume das fornalhas, do manejo e limpeza de caldeiras e apetrechos necessários ao funcionamento da *fábrica*, do derretimento da banha e canalização do óleo para os reservatórios e posterior acondicionamento em pipas, bastam para se qualificar os negros da armação como vítimas de um dos mais rudes cativos do Brasil, assim como o das minas e dos engenhos de açúcar.¹⁰⁵

Segundo Stuart Schwartz “o cativo era um espaço de negociação entre os senhores, que buscavam extrair ao máximo a força de trabalho de sua mão de obra, e os

¹⁰⁵ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 102.

cativos que por meio das resistências, buscavam melhores condições ambientais dentro do seio escravista.”¹⁰⁶ Dessa forma a utilização de um misto de incentivos, negativos e positivos segundo Schwartz, possivelmente eram práticas comuns na relação entre senhor e escravo.

Taunay afirma que os escravos possuíam uma predileção para evitar o trabalho. Muitas vezes optando pelo jejum e a privação de todas as comodidades. Dessa forma, somente através da coação e do medo estes poderiam dar conta de suas tarefas diárias. Para o autor, a coação “obtem-se pela vigilância assídua, e o medo inspira-se pela pronta e inevitável aplicação dos castigos”. No entanto o militar francês indica que a busca por um equilíbrio entre as excessivas cargas de atividades e razoáveis horas de descanso garantiria cativos saudáveis:

O homem deve trabalhar seis dias e descansar no sétimo. As horas são marcadas pela duração do dia. Um trabalho ativo e continuado, desde que o dia amanhece até que anoitece, com os dois descansos de uma hora para o almoço e duas para o jantar, é o quanto se pode exigir diariamente de força humana, sem risco da saúde.¹⁰⁷

A real preocupação do autor evidencia-se somente na última linha do recorte, quando este argumenta que não se podia exigir dos escravos carga maior de trabalho sem expô-los a riscos para sua saúde. Para ele tais riscos eram constantes entre os cativos, pois “o preto, que nada vê a ganhar neste excesso de fadiga, entrega-se ao desespero, e brevemente definha”.¹⁰⁸

Além disso, não se tratava apenas de submeter os escravos a longas jornadas de um extenuante trabalho, recorria-se freqüentemente a métodos punitivos que envolviam diversas formas de coerção e violência física.

No inventário da armação de Garopaba (entre os bens arrolados) haviam um par de algemas e um grilhão,¹⁰⁹ instrumentos que serviam para punir os cativos por uma eventual desobediência, crime ou até mesmo esmorecimento em relação as tarefas a serem desempenhadas, mas que em alguns casos redundaram em fugas e reações contra os feitores, como no caso da Armação de Bertiooga, onde um grupo de escravos em

¹⁰⁶ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.62.

¹⁰⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. **Op. Cit.**, p. 65.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 66.

¹⁰⁹ Inventário da Armação de Garopaba.

meados do século XVIII, chegou ao extremo de assassinar um feitor e ferir outro a golpes de faca.¹¹⁰

Vale lembrar que apesar do trabalho ser exaustivo e possivelmente contribuir para o tensionamento da relação entre os cativos e os administradores dos núcleos, exigindo uma maior coerção por parte destes últimos, ainda assim devemos destacar que a atividade possuía caráter sazonal, concentrando-se principalmente entre os meses de junho a setembro. Sendo assim, provavelmente nos demais períodos do ano os cativos dedicavam-se ao cultivo da roça, reparos nas estruturas e ferramentaria, enfim, toda sorte de manutenção necessária aos núcleos, desse modo retirando em parte o peso da violência física dentro da relação de controle.

3.5. Práticas de saúde

De acordo com Ângela Porto, verifica-se no interior do sistema escravista um variado leque de métodos e práticas terapêuticas que se modificam de acordo com o ambiente. Sendo assim, as práticas de saúde nas pequenas fazendas possivelmente diferiam-se dos espaços monocultores, assim como o escravo urbano recebia um tratamento distinto do cativo no meio rural, portanto, tudo poderia depender do relacionamento estabelecido com o seu senhor.¹¹¹

Dessa forma, podemos imaginar que nos momentos de enfermidade era dispensado aos escravos debilitados algum tratamento, visando uma rápida reabilitação da força de trabalho. Para tanto as armações dispunham de hospitais e boticas para realizar os procedimentos terapêuticos.

Em Garopaba, de acordo com o inventário de 1816, a Armação possuía um “Hum prolongo de cazas com 100 palmos de frente, 37 e meio de fundo e dividida em 3 cazas”, que constituía-se em Hospital, Botica, Casa do Cirurgião e do Capelão. A botica possuía “Diferentes Remedios q se achão conservados em Vidros, Lambique Almofaria, Pezos, e Medidas”.¹¹²

¹¹⁰ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 102.

¹¹¹ PÔRTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. In: **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006, p. 1019-1027.

¹¹² Inventário da Armação de Garopaba.

Em 1817 o núcleo dispendeu a quantia de \$880 réis na compra de “varias louças para o uzo do Hospital”. Apetrechos que os novos contratadores adquiriram possivelmente para suprir as necessidades mais urgentes, tendo em vista que o suplemento de Imbituba não apresentava em seu inventário estruturas médicas, sendo assim, possivelmente os cativos enfermos do suplemento, recebiam tratamento nas dependências de Garopaba, fato que nos remete a necessidade de uma estrutura ainda maior e completa.¹¹³

De acordo com Vera Regina Beltrão Marques, uma botica completa recém chegada de Lisboa pelos idos de 1732 estava composta de:

(...) específicos usados em toda Europa como alcaçús, jalapa, ruibarbo, pós, triagas, unguentos, óleos, bálsamos, seis qualidades de águas medicinais (de almeirão, malva, etc.). Chegado a salvamento ao Brasil a encomenda, o boticário preparava as prateleiras, onde ia tudo dispondo, mais os vidros cristalinos, frascos e potes de barro vidrado para os remédios do uso. Numa mesa, almofarizes de bronze, espátulas de latão, tachos de cobre e barro vidrado, bacias, prensa, tenazes, panelas, tigelas de barro do Reino e da Terra, balancins, pesos e medidas. Na estante ao lado, livros de receitas manuscritas e alguns impressos como a “Luz da Medicina”, “Farmacopéia Lusitana”, “Recopilação da Cirurgia”, por Ferreira.¹¹⁴

Mesmo guardando as devidas proporções entre uma botica comercial de origem européia e as estruturas encontradas nos núcleos baleeiros, ainda assim, é notória a discrepância em termos matérias e terapêuticos entre os espaços. Conjuntura que possivelmente influenciava no desempenho produtivo das feitorias, tendo em vista, o grande número de cativos com problemas físicos, que sem tratamento adequado tornavam-se inúteis para o trabalho ou mesmo faleciam, ampliando a defasagem de uma mão de obra já doente e decrépita.

Contexto semelhante ocorria nas demais armações. Na Lagoinha, segundo o inventário do núcleo, o Hospital e a Botica constituíam-se em “Humacaza com 92 palmos e meio de frente e 47 e meio de fundo levantada sobre pilares e paredes de tijolo em 3 partes dividida Enfermaria, Botica, e Hum Salla com Cozinha por detrás”, a Botica continha diferente remédios, bem como uma Almofaria de Bronze, um Lambique de Cobre, juntamente com garrafas, latas, potes e uma balança. Em

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 207.

Itapocoróia, “Hum prolongo de Cazas levantado sobre pilares com 96 palmos de frente, 42 de fundo, e 15 de pé direito dividido em 6 Cazas e 2 Corredores” constituía-se em Hospital e Botica. Segundo o arrolamento de 1816 a botica dispunha de “Varios Remedios, Vidros, Vazilhas, Balança e Pezos (...)”. Talvez a única feitoria que dispunha de uma razoável estrutura para tratar sua mão de obra enferma fosse a da Piedade.¹¹⁵ De acordo com o inventário, o Hospital e a Botica da feitoria eram “humacaza com 121 palmos de frente e 56 de fundo repartida em cinco cazas, hum corredor, huma varanda e duas cozinhas levantadas sobre pilares com frontaes de tijolo. Ali a aguardente era utilizada como analgésico e desinfetante dos escravos enfermos. Vinho, vinagre, cevada, açúcar branco para os doentes, ventosas de vidro, pano de linho para ataduras, boiões vidrados para cozeduras, drogas e remédios, eram estocados para o uso do hospital e da botica.

3.6. Médicos e curandeiros

Segundo Betânia Alves Figueiredo, com vistas a categorizar a profissão da medicina no Brasil colonial, classificava-se a atividade entre médicos, cirurgiões e boticários. Cada qual possuía uma função: aos médicos caberia medicar, aos cirurgiões intervir no corpo doente e aos boticários manipular os medicamentos. A classificação visava preservar a população de consultas com “inescrupulosos e aventureiros”, além de, é claro, exercer um controle fiscal.¹¹⁶

Dentro desse contexto, os boticários apresentavam-se freqüentemente como indivíduos mais acessíveis, fazendo às vezes dos populares farmacêuticos. Para Minas Gerais de acordo com Figueiredo “Os médicos eram poucos e, em várias regiões, inexistentes, mas o boticário sempre estava por perto”.¹¹⁷ Os cirurgiões por sua vez, dentro de uma escala social das profissões localizavam-se atrás dos médicos por exercerem atividades consideradas de outra natureza. Além disso, a diferença de três anos no tempo de formação entre as funções e um discurso médico direcionado para distinção entre os profissionais qualificados e os aventureiros, em alguns momentos desacreditavam a função do cirurgião e apresentavam-na como pouco confiável.¹¹⁸

¹¹⁵ Inventário da Armação de Lagoinha e Itapocoróia.

¹¹⁶ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar... Op. Cit.**, p. 54-61.

¹¹⁷ **Ibidem**, p. 191.

¹¹⁸ **Ibidem**, p. 148.

Segundo Oswaldo Cabral, havia no Reino a Fisicatura-Mor que fiscalizava o exercício profissional e os serviços médicos em geral; nas colônias, representavam-na os Delegados do Físico-Mor, com atribuições mais ou menos idênticas.¹¹⁹ Em 1782 de acordo com o autor foi criada a Junta do Promedicato que exerceu tais funções até 1799 quando se tornou a Real Junta do Promedicato, órgão responsável por elaborar os regimentos necessários à habilitação profissional dos clínicos, funcionamento das boticas e outras medidas relativas à medicina e ao seu exercício, mandadas executar nos princípios do século XIX, momento de funcionamento dos núcleos baleeiros.¹²⁰

Entretanto o problema da Real Junta estava na facilidade da obtenção das licenças médicas entre os candidatos, pois bastava sujeitar-se a um simples exame, depois da apresentação das provas de frequência por quatro anos num Hospital para adquirir sua licença. Para os boticários, passar os mesmos quatro anos, no caso evidentemente, em uma farmácia ou botica qualquer. Paradoxalmente, a despeito da relativa facilidade, Cabral destaca que em 1789 havia no Rio de Janeiro apenas quatro médicos em condições legais, indicando um cenário de escassez de profissionais que possuísem licença para exercer as funções medicinais.¹²¹ Tais “brechas” fortalecem a ideia de que estes espaços eram preenchidos por uma espécie de “medicina alternativa”, ou seja, curandeiros, feiticeiros, barbeiros, benzedores e toda sorte de indivíduos que se utilizando de diversas e distintas práticas buscavam o mesmo objetivo, o restabelecimento da saúde.

Dentro da visão social acerca das “artes da cura”, os curandeiros transitavam entre o charlatanismo e a medicina não acadêmica, ou seja, práticas que eram consideradas até certo ponto medicinais, mas que não se baseavam nos saberes ditos científicos. Em 1813, no dicionário de Moraes e Silva, não se encontra a palavra curandeiro, mas sim médico-feiticeiro, expressão que evidencia o reconhecimento da função mesmo que de forma não-oficial.

Para Felipe Neis Araújo, por adotar práticas de caráter mágico e obscuro para a maior parte da população e possivelmente por ser exercida fundamentalmente por populações africanas e afro descendentes estes eram frequentemente perseguidos.

¹¹⁹ CABRAL. Oswaldo. **Medicina, médicos e charlatões do passado**. Florianópolis: Arquivos Catarinenses de Medicina. Edição Cultural, N. 1, 1977, p. 11.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

As curas e adivinhações foram práticas que envolveram pessoas de diversas classes e grupos sociais, de diversas etnias e procedências culturais nos oitocentos. Entre os curandeiros, adivinhos, feiticeiros e benzedores, no entanto, ganharam destaque os africanos. Perseguidos tanto pela polícia quanto por clientes, os africanos e crioulos souberam se utilizar de conhecimentos mágico-religiosos, de tradições terapêuticas diversas, combinando e adaptando elementos diversos ao sabor das necessidades e dos interesses dos clientes.¹²²

Apesar de terem sofrido perseguições de alguns clientes não satisfeitos com o resultado da prática, como salienta Neis, cabe destacar o caráter prioritário que estes recebiam em detrimento da medicina oficial. A procura mais freqüente se dava entre as populações de africanos e afro-descendentes, na maior parte das vezes, mais familiarizados com as práticas. Todavia, segundo Figueiredo, praticamente todos que acreditavam na sua atuação, independente da posição social, buscavam tais indivíduos em busca do restabelecimento da saúde. De acordo com a autora, a decadência estrutural das escolas de medicina em meados do século XIX, juntamente com a desconfiança da população na eficácia dos tratamentos, levavam à procura de outras práticas de cura.

As soluções apresentadas pelo saber médico difundido na época não surtiam resultados tão positivos quanto os apregoados na divulgação do saber acadêmico e no ataque constante às práticas consideradas “atrasadas” e divergentes. A população, além das dificuldades de acesso ao meio médico, desconfiava da sua capacidade de cura e/ou solução dos problemas de saúde.¹²³

Além disso, é difícil sabermos em que medida os parques médicos licenciados estavam dispostos a encaminhar-se para as regiões mais interioranas e afastadas dos grandes centros brasileiros, como é o caso de Santa Catarina.

Segundo Cabral, o primeiro médico ou quase, tendo em vista a sua formação de cirurgião, a desembarcar em terras catarinenses teria sido o cirurgião de fragatas Paulo Lopes Falcão, em 1769. Logo que chegou foi nomeado cirurgião-mor do Hospital Real já existente em Desterro, atual Florianópolis. Todavia por conta do dito cirurgião ser o único da vila, segundo o autor muitas vezes os curandeiros tinham a preferência da

¹²² ARAUJO, Felipe Neis. **Tolerância, vigilância e repressão: práticas socioculturais africanas e crioulas em Desterro e Litoral Adjacente, c. 1845 - c.1890.** Monografia de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2011, p. 90.

¹²³ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar... Op. Cit.**, p. 163.

população, fato que corrobora com a visão de Figueiredo para a região de Minas Gerais.¹²⁴

Após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, a atividade ganha tímido impulso, dessa forma mesmo com o baixo número de médicos licenciados, aprovou-se em Janeiro de 1831, posturas que visavam legislar acerca da atividade médica em Desterro. Dentre tais medidas regulatórias chama atenção a preocupação com a venda indiscriminada de algumas substâncias específicas.

Os vendedores de drogas que sem serem boticários approvados venderem dozes minimas, substancias venenosas e suspeitas, ou remedios muito ativos que seja sem receita de Profeçor, quer com ella, assim como os individuos que venderem as ditas substancias em grandes porções (ainda que Boticariossejão) a escravos e pessoas desconhecidas, suspeitas de que não precisem dellas, no exercicio da sua profisão, soffrerão multa de 5 a 20\$, sem prejuizo das penas mais graves que poderem soffrer das Justiças Criminais na conformidade das Leis.¹²⁵

Analisando a medida, podemos perceber uma clara tentativa de restringir o uso, bem como a prescrição dos remédios e substâncias aos que não eram licenciados na prática, teoricamente dessa forma evitando que caíssem nas mãos de charlatões, curandeiros ou até mesmo dos somente “curiosos”. Além disso, o temor não se dirigia apenas aos que poderiam adquirir as substâncias e utilizá-las em práticas mágicas ou sem o devido academicismo, estendia-se à possibilidade do uso em homicídios ou suicídios por envenenamento, práticas que segundo o poder público, eram mais comuns entre os escravos.¹²⁶

Para o início do século XIX, podemos citar a presença de alguns cirurgiões licenciados na capitania, dentre eles: Felizardo Carvalho da Cunha e Silva e José Joaquim Varela.

Segundo a documentação, Felizardo Carvalho da Cunha e Silva foi o cirurgião do núcleo da Lagoinha entre os anos de 1816 e 1817 e nesse período recebeu o montante de 158\$400 pelo trabalho de um ano na feitoria. Já Varela trabalhou pelo

¹²⁴ CABRAL. Oswaldo. **Medicina, médicos... Op. Cit.**, p. 11-12.

¹²⁵ Ibidem, p. 13.

¹²⁶ Idem.

mesmo período de tempo, um ano, e recebeu por sua função na Armação de Garopaba. a quantia de 100\$00 réis.¹²⁷

Podemos notar que Varella recebeu uma soma consideravelmente menor que Felizardo pelo mesmo período de trabalho, fato que poderia ser compreendido caso o cirurgião de Garopaba fosse responsável por um número menor de cativos doentes, algo pouco provável tendo em vista que os núcleos de Garopaba e Imbituba juntos, contavam com 27 cativos a mais que os inventariados no núcleo da Lagoinha. Outra possibilidade era a de Felizardo ser mais “afamado”, como o caso de Luiz Rodrigues Pereira, cirurgião do núcleo de Itapocoróia.

De acordo com Cabral o cirurgião do núcleo de Itapocoróia era um homem claro, de tez rosada, olhos, barba e cabelos castanhos, apesar da falta dos dentes, era simpático. Ainda construindo uma visão carismática do cirurgião, o autor relata que Pereira era muito bondoso, tão bondoso quanto rico e humilde, dirigindo-se a todos com doçura e aos próprios escravos não se dava ares de mando.¹²⁸ Entretanto a forma elogiosa da descrição toma ares paternalistas, quando este destaca que o cirurgião extrapolava os limites de sua função médica, relatando que aos domingos dentro do núcleo os escravos iam um a um beijar a “polpuda” mão do” bondoso senhor”, prática conhecida como “beija-mão” e reservada somente a pessoas ilustres e grandes autoridades.¹²⁹ Além disso, Pereira conduzia uma espécie de tribunal em que julgava os escravos faltosos, absolvendo-os ou impondo penas de prisão na própria casa ou de trabalhos pouco desejados.

A excepcional importância da qual era revestido o cirurgião talvez denote o prestígio do qual gozavam tais licenciados, que por seu número reduzido, constituíam-se em autoridade e gozavam de privilégios além de suas funções dentro do ambiente de trabalho. No entanto, é importante destacar que Cabral no momento em que descreve as atividades de Pereira, deixa de fora talvez a questão mais importante, a prática médica do cirurgião. Sendo assim cabe a nós questionarmos quais remédios e tratamentos eram utilizados pelos cirurgiões e outros adeptos das “artes de cura”, Brasil afora e nas feitorias baleeiras.

¹²⁷ Inventário da Armação de Lagoinha e Garopaba.

¹²⁸ CABRAL. Oswaldo. **Medicina, médicos... Op. Cit.**, p. 13.

¹²⁹ **Ibidem**, p. 13-14.

3.7.Remédios e tratamentos

Cordel homeopático

*Vou receitar pra vocês com um linguajar
muito prático falando em linguagem
simples sem ser muito enigmático pra todos
os brasileiros alguns remédios caseiros
num cordel homeopático*

*não estudei medicina só sei das plantas do
mato meu conhecimento é próprio de um
sertanejo nato com fé e sabedoria as vezes
uma simpatia faz efeito imediato*

Edmilson Garcia

A dicotomia entre a medicina acadêmica e as demais práticas de cura não licenciadas, pautavam evidentemente a utilização de tratamentos e remédios na busca pelo restabelecimento da saúde. Além disso, cada condição patológica exigia uma forma distinta de tratamento.

Segundo o Dicionário de Medicina Popular de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, escrito em 1890, o termo Remédio:

Não é inteiramente synonymo de medicamento. Chama-se medicamento toda substância empregada pela medicina para restabelecer a saúde; o remedio significa alguma cousa a mais. Designa-se mais particularmente pelo nome de remedio a substancia que é considerada como capaz de curar alguma moléstia; e por isso todos os dias os doentes pedem aos medicos que lhe dêem um remedio para acalmar este ou aquelle phenomeno morboso: infelizmente possuímos mais medicamentos do que remedios.¹³⁰

A diferenciação estabelecida por Chernoviz deixa clara as dificuldades no emprego da medicina e a pouca confiabilidade na eficácia das substâncias utilizadas para tratar as enfermidades. Além disso, as dificuldades impostas pelos limites do desenvolvimento científico restringiam a possibilidade de um tratamento realmente efetivo. Dessa forma, devemos imaginar que não raro, as terapias adotadas resumiam-se

¹³⁰ Ver o termo remédio em: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular e das ciencias accessorias para uso das famílias**. 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

a medidas paliativas que visavam fundamentalmente controlar desconfortos e dores causadas pela condição enferma.

De acordo com Figueiredo, no início do século XIX não existiam os anestésicos, e por maior que fosse o sofrimento, impunha-se conviver com a dor, fosse ela proveniente de uma fratura, da extração de um dente, do parto e até das intervenções cirúrgicas inadiáveis, quando o paciente via-se diante da alternativa de concordar em submeter-se à cirurgia, com todos os riscos advindos da intervenção, ou aguardar a morte.¹³¹ Além da cirurgia estes tinham que conviver com as repercussões, dores constantes e próximas do insuportável, e o risco de infecções pós cirúrgicas.

Em 1817 a administração do núcleo de Garopaba adquiriu para o tratamento de escravos no Hospital quatro medidas de aguardente de cana ao preço de \$960 réis e três quartilhos de vinagre a \$600 réis. Segundo Ellis, “a aguardente ministravam-na como curativo dos escravos enfermos”,¹³² ademais esta também servia como substância para realizar a assepsia em processos cirúrgicos e pós cirúrgicos e se constituía como um grande analgésico, tendo em vista a ausência de outros elementos que cumprissem a função.

O fato das armações possuírem cirurgias é sintomático, tendo em vista que na discriminação entre as atividades médicas legais, o cirurgião possuía a função de realizar as inserções necessárias em corpos fraturados, quebrados, trincados, decepados e infeccionados. Algo que possivelmente era recorrente nos núcleos, devido aos riscos da atividade, como evidencia a tabela acerca dos tipos de enfermidades que acometiam os escravos das feitorias:

¹³¹ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Op. Cit.**, p. 102.

¹³² ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 85.

Tabela 6. Doenças que acometiam os cativos dos núcleos baleeiros em 1816

DOENÇAS	DOENÇAS PSÍQUICAS	DOENÇAS TRAUMÁTICAS	DOENÇAS FISIOLÓGICAS	DOENÇAS INFECCIOSAS
NÚMERO DE ESCRAVOS ENFERMOS	4	107	24	1
PORCENTAGEM DO TOTAL	2,9%	78,7%	17,6%	0,8%

Fonte: Inventários das armações baleeiras catarinenses.

Inicialmente, podemos observar o amplo predomínio de doenças traumáticas. Cerca de 78,7% dos escravos possuíam problemas de saúde provocados por lesões musculares, articulares e esqueléticas decorrentes de acidentes e alta carga de trabalho. O dado é relevante na medida em que inverte a ordem proporcional das patologias em relação aos cativos internados no Hospital de Caridade entre os anos de 1850 e 1859.¹³³

Segundo Débora Michels Mattos, em sua tese sobre saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina, dos 206 africanos e afro descendentes cativos internados no hospital, apenas 15% sofriam com doenças articulares, musculares, esqueléticas ou acidentais externas, proporção muito inferior à encontrada para as armações, ao passo que enfermidades infectocontagiosas, perfaziam a maior parte dos internamentos, cerca de 31,5%, doenças que nos núcleos baleeiros possuíam uma incidência de menos de 1%. O dado similar entre as duas amostragens fica por conta das doenças psíquicas, nas feitorias cerca de 2,9%, no hospital 1,9%.

Mesmo as patologias que não parecem relacionar-se diretamente com o trabalho dos cativos, como o reumatismo, a doença de erisipela e a asma, podem ter sido ocasionadas ou agravadas pelas condições as quais estes estavam submetidos.

¹³³ MATTOS, Michels Débora. **Op. Cit...**, p. 313.

A asma, segundo Chernoviz, “observa-se quase sempre nas pessoas idosas, muito raramente na mocidade, muito mais freqüente nos homens do que nas mulheres”.¹³⁴ Na feitoria da Lagoinha o africano Sebastião Mina de 70 anos fora listado como asmático e classificado como “sem valor”. Além dele, Joaquim de 60 anos, cativo do núcleo de Garopaba encontrava-se na mesma situação classificatória, asmático e sem preço. Ainda de acordo com o autor, as causas da patologia eram: “as profissões que obrigam a viver numa atmosfera carregada de corpos estranhos, como nas fábricas de algodão, de lã, nos moinhos, etc; vapores irritantes, fumaça, cheiros penetrantes, frio humido, variações rápidas de temperatura, calor excessivo (...)”.¹³⁵

Apesar dos dois cativos não apresentarem funções dentro dos núcleos, considerando a existência de engenho de frigar, ferrarias, almofarias, tanoarias entre outras estruturas e as condições climáticas do litoral catarinense, é possível imaginarmos que estes podem ter contraído a doença por conta das condições de trabalho às quais estavam submetidos, ou agravado uma condição pré-existente. O tratamento, de acordo com Chernoviz consistia em práticas que visavam basicamente atenuar os sintomas, tendo em vista que a doença não possui cura. Nos momentos de crise, as práticas iam desde pôr o enfermo na posição vertical visando uma melhor respiração, passando pela utilização de banhos e a ingestão de uma xícara de água fria com vinagre e láudano, até tomar um pouco de sorvete. Caso estivessem hospitalizados nos núcleos, comeriam galinha, refeição indicada aos enfermos. Nessa ocasião eles também poderiam provar o leite e o açúcar branco. Rações de fumo e porções de aguardente eram ministradas, o fumo a título de recompensa e a aguardente como remédio. No restabelecimento de uma doença, longo período de sofrimento, nada como uma boa galinhada para afastar a morte.

Já o controle feito nos intervalos entre as crises consistia basicamente em manter a habitação sadia e o cuidado de evitar o frio úmido, procedimentos inviáveis na realidade dos núcleos pesqueiros.

Já o reumatismo tinha como maior característica a dor nas articulações ou no músculo. Evidentemente a classificação no inventário não discriminava qual o tipo acometia Joaquim Benguella de 59 anos, que exercia, mesmo doente, a função de

¹³⁴ Conferir o termo asma em: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Op. Cit.**

¹³⁵ Idem.

remeiro no núcleo de Garopaba.¹³⁶ Entre as causas principais, apesar das variações da doença, estão o “frio humido” e a fadiga excessiva, condições encontradas nas feitorias catarinenses. Além disso, segundo Chernoviz, entre as profissões com maiores índices de aparecimento da doença está justamente a de pescador.¹³⁷

Tendo em vista a diversidade de tipos de reumatismo, devemos ter em mente que os tratamentos eram igualmente sortidos. Entretanto sabendo que o frio, a umidade e o cansaço em excesso constituem-se em importantes causas da patologia, todos os tratamentos em maior ou menor medida incluem o abrigo do indivíduo do clima danoso e descanso adequado para o corpo, cuidados que não ocorriam, pois Joaquim mesmo com idade avançada ainda exercia a função de remeiro, fato que o expunha as condições agravantes em relação a sua patologia.

A erisipela, caracterizada pela pele avermelhada, inchaço, e grande dor na parte afetada, tinha entre suas causas mais comuns, pancadas e contusões que podiam irritar a pele, bem como a ingestão de carnes putrefatas.¹³⁸ Como apontado, a dieta dos cativos nas armações constituía-se basicamente de carne bovina e farinha de mandioca. Levando em conta o desmazelo com que o Real Contrato administrava as feitorias, possivelmente a qualidade da carne que alimentava os escravos, bem como a forma de conservá-la não deveriam ser as mais adequadas. Sendo assim, talvez o crioulo João de 40 anos que exercia a função de pedreiro em Garopaba tivesse contraído a doença através da ingestão da proteína putrefata. Além disso, o núcleo também possuía uma algema e grilhões fato que corrobora com a visão do uso de violência como forma de controle, fator que também poderia ter desencadeado a enfermidade no cativo.

A inadequação terapêutica ao buscar a cura, ou mesmo, aliviar os sintomas e as dores provocadas pela condição enferma, comumente levavam os cativos a incapacidade e posteriormente ao falecimento.

De acordo com a documentação referente ao núcleo da Piedade, de julho de 1816 até março de 1817, cerca de 15 cativos faleceram no núcleo, ou seja, morreram em média mais de um escravo por mês no período. Escravos como Antonio Mina, de 75 anos que segundo o inventário de 1816, encontrava-se decrépito e sem valor, situação

¹³⁶ Inventário da Armação de Garopaba.

¹³⁷ Ver "rheumatismo" em CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Op. Cit.**

¹³⁸ Cf. "erysipela" em CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Op. Cit.**

idêntica a de João Congo, igualmente decrepito com os mesmos 75 anos de idade, possivelmente enterrado em dezembro de 1816.¹³⁹

Nas feitorias de Garopaba e Imbituba, somente em Janeiro de 1817, três cativos faleceram, cerca de 4% do grupo. Eram eles: Jozé de Souza, do núcleo de Garopaba, João Rebollo de 70 anos, único cativo enfermo arrolado na feitoria de Imbituba em 1816 e Matheus Benguella de 70 anos, chacoteiro em Garopaba. Cada enterro custou aos cofres das armações, cerca de 3\$520, valor advindo dos procedimentos, como destacou o Padre José Martins, capelão da Armação de Itapocoróia em 1816.

“Aos vinte e coatro dias do mez de junho de mil e oito Centos e dezaseis faleço Domingos Canhoto Escravo desta Armação de Itapocoroya de que he Administrador o Snr Vicente Joaquim de Macedo, e foi sepultado no Semiterio desta Capela, Recebeo os Sacramentos da Pentencia Eucharistia e Extrema Unção Sufraguei Sua alma com duas missas, e mais encomendação e missa de corpo presente.”¹⁴⁰

De acordo com o inventário do ano anterior, Domingos tinha 56 anos, exercia a função de pombeiro e era aleijado de um braço. Ainda segundo o arrolamento, o cativo era africano de Benguella, porto da região de Angola, assim como todos os falecidos citados no núcleo da Piedade, à exceção de Custódio, crioulo menor que possuía 3 anos de idade. O fato das mortes envolverem fundamentalmente cativos africanos, idosos e enfermos evidenciava inicialmente o perfil dos escravos das armações e denunciava o estado de desgaste da mão de obra das feitorias, que apresentava um processo de ampla defasagem de sua força de trabalho, conjuntura que os novos arrendatários teriam que solucionar caso quisessem reerguer a atividade pesqueira.

Isso nos leva a crer que o envelhecimento e adoecimento da mão de obra escravizada e as dificuldades impostas para sua renovação, fundamentalmente financeiras, constuiu-se como um importante elemento explicativo acerca da decadência da indústria baleeira na Ilha de Santa Catarina e litoral Adjacente.

Não foi por acaso; o esfacelamento da força de trabalho coincide com o declínio da pesca da baleia nas armações. Trabalhadores escravizados sustentaram a atividade desde seu princípio em meados do século XVIII até seu declínio. Todavia, a diminuta

¹³⁹ Inventário da Armação da Piedade.

¹⁴⁰ ELLIS, Myriam. **Op. Cit.**, p. 98.

preocupação da administração das feitorias com os corpos cativos, exaurindo-os, fragilizando-os, levando-os a condição enferma sem propiciar o tratamento adequado para as moléstias, acabou por desgastar em larga medida a mão de obra escrava, levando consigo a indústria baleeira catarinense.

Mesmo com uma breve tentativa de rejuvenescimento dos núcleos, especialmente entre os anos de 1816 e 1818, já em fins de 1825 o contrato da “Real Pescaria das Baleias” foi rescindido e as feitorias do Brasil meridional incorporaram-se à Fazenda Nacional e o imperial decreto de 13 de novembro de 1827 determinou a alienação dos terrenos, edifícios, embarcações, escravos e utensílios de cada uma das feitorias fazendo contratos separados para quem desse o maior lance, recebendo o pagamento à vista com preferência. Decorrido um ano, a falta de interessados levou novamente os estabelecimentos à praça, “apetrechos e escravos; para alienação em separado os primeiros; para venda ou arrematação por contrato anual a 3% sobre o valor do capital, o amudamento; para aluguel os negros, em lotes, tratado o seu trabalho à razão de 4\$000 ao mês, não menos, tomados uns por outros indistinctamente, de 14 anos para cima, sem diferença de sexo... Poderiam ser vendidos em separado também, à exceção dos casados e menores com pai ou mães vivos. Quanto às terras não ocupadas com estabelecimentos, lavouras ou matas desnecessárias, nada impediria a venda. Findava-se a indústria baleeira em Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associadas à ocupação e proteção do território colonial português, as armações baleeiras instaladas em Santa Catarina a partir da metade do século XVIII, arregimentaram um grande número de cativos em torno de uma unidade produtiva de grandes proporções e inseriram Santa Catarina no mercado atlântico.

Estabelecidas através de contratos com particulares cujas cláusulas estipulavam a vigência, o preço do arremate, as condições de pagamento, os direitos, os deveres e obrigações mútuas das partes contratantes e as concessões que seriam feitas pela Coroa, estas sofreram com a invasão dos espanhóis em 1777 e o desleixo da administração da Real Fazenda entre os anos de 1801 e 1816, período onde as estruturas e a mão de obra adentram um processo irreversível de decadência que se refletiu de forma direta nos valores determinados para os núcleos durante a elaboração dos inventários de 1816.

Ao contrário do que é tangível imaginar para unidades produtivas com até 170 escravos, como o caso da feitoria da Piedade, a configuração do grupo de trabalhadores escravizados mostrou-se de caráter peculiar e diverso em relação a outras unidades produtivas de porte semelhante como engenhos de açúcar ou cafezais. Sua composição essencialmente africana e masculina teve na sua faixa etária e condições de saúde seu caráter distintivo.

Além disso, o alto índice de escravos com problemas físicos, quebrados ou decrepitos apresentado na documentação serviram como aporte para questionarmos as reais causas para o fim do empreendimento baleeiro no Brasil meridional, além de apontar para as más condições vividas. Tal conjuntura foi em parte apreensível após a análise da alimentação, moradia, vestuário, funções e formas de controle dos escravos. Esse contexto nos levou concluir que a saúde dos cativos possuía relação direta com inserção dos mesmos em ambientes precários, condição agravada pelas atividades exaustivas e de alto grau de perigo dentro das feitorias. O desmazelo da administração levou à abertura de lacunas na mão de obra dos núcleos, que sem serem preenchidas por longos anos transformaram-se em um obstáculo talvez intransponível para a manutenção da indústria baleeira em Santa Catarina.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Nacional (RJ)

Junta do Comércio, Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventários das armações baleeiras catarinenses.

Arquivo Histórico Ultramarino - Seção Santa Catarina (Projeto Resgate)

Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes à extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Caixa 06, doc. 387.

Memória sobre a notícia das Armações das Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na Ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, constas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798. Caixa 06, doc. 405.

Impressas

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

BRITO, Paulo Joze Miguel. **Memória política sobre a capitania de Santa Catarina (1816)**. Florianópolis: Livraria Central, 1932.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das famílias**. 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2004.

HARO, Martim Afonso Palma de. (Org.) **Relato de Viajantes. Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1996.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira** por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Organização de Rafael Bivar Marquese. São Paulo: Cia da Letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. **Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina**. Niterói: Programa de Pós-graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAUJO, Felipe Neis. **Tolerância, vigilância e repressão: práticas socioculturais africanas e crioulas em Desterro e Litoral Adjacente, c. 1845 - c.1890**. Monografia de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2011.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. [Tradução de Júlio Castañon Guimarães]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (pp. 127-129), 1984.

BECKER, Carolina Bitencourt. Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul do século XIX. **X Encontro Estadual de História. O BRASIL NO SUL**, v. 26, 2010.

CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1970.

CABRAL, Oswaldo. **Medicina, médicos e charlatães do passado**. Florianópolis: Arquivos Catarinenses de Medicina. Edição Cultural, N. 1, 1977.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-1880**. São Paulo: PUC, 1994.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa: A Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, Dissertação de Mestrado, 2013.

CHASE, Owen. **Narratives of the Wreck of the Whale-ship Essex**. Londres: Courier Dover Publications, 1820.

COMERLATO, Fabiana. **O declínio da Pesca de Baleia nas Armações Catarinenses**. Fronteiras. Revista Catarinense de História, Florianópolis, 2004.

DA SILVA MOREIRA, Marilda Maria. **Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento**. 2000. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública.

DA SILVA PEREIRA, Júlio César Medeiros. Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX.

_____. Jesuítas, saúde e escravidão na Fazenda de Santa Cruz: tradições, esperanças e sociabilidade escrava. **Anpuh – xxv simpósio nacional de história – fortaleza, 2009.**

DE LIMA, Prince Vangeris Silva Fernandes. Aspectos gerais da saúde dos escravos no Brasil: revisão de literatura.

DE MOURA FILHO, Heitor P. SEGURO DE VIDA DE ESCRAVOS E SUA MORTALIDADE. **Econômica**, v. 12, n. 2, p. 1-36, 2009.

_____. “TIRANDO LEITE DE PEDRA”: o tráfico africano estimado a partir de dados etários. Anpuh 2014

ELLIS, Myriam, **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo, Edições Melhoramentos/EdUSP. 1969.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.

EUGÊNIO, Alisson. Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 42 (2010), p. 139.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva. Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo. **Análise Social**, vol. XLI (178), 2006, 55-73.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Civilização brasileira, 1997, p. 36.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Niterói: Vício de Leitura, 2002.

GARCIA, Edmilson. **Cordel Homeopático**. 2012. Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/cordel/3672994>>

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do "Chernoviz". **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 11, n. 4, p. 827-840, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)**. In: FRAGOSO, João et al. (Org.) Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2006.

_____; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; ZIMMERMANN, Joseane (Org). **História diversa: africanos e afro descendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 17-42.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MATTOS, Michels Débora. **Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina (1850-1888)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, 2005, vol.13, n.2, p. 165-188.

MARTINS, Valter. Livres, escravos e doenças. Campinas, século XIX. **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH**, v. 17, 2004.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORENO, Débora da Graça et al. Saúde do homem no cotidiano de uma comunidade de pescadores artesanais. 2011.

MORTARI, Cláudia. **Os africanos de uma vila portuária do Sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades**. Desterro, 1788-1850. Porto Alegre: PUC, 2007.

MOTTA, José Flávio. Velhos no cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008.

_____. O tráfico de escravos velhos (província de São Paulo, 1861-1887). **História Questões & Debates**, v. 52, n. 1.

NOGUEIRA, Luiz Fernando Veloso. Expectativa de vida e mortalidade de escravos: uma análise da Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim-MG (1859-1888). **Histórica-Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 51, 2011.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1818 a 1855)**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. Escravos no hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia na segunda metade do século XIX. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.

PORTO, Ângela. A saúde dos escravos na historiografia brasileira. In: Encontro Regional de História, 12, 14-18 ago. 2006, Niterói. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ. 2006.

_____. Fontes para a História da Saúde dos escravos no Brasil. **Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2009.

_____. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. In: **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006, p. 1019-1027.

RODRIGUES, Kassia. Manuais de fazendeiros e saúde escrava em Vassouras, 1830-1870. **Anpuh – xxv simpósio nacional de história – fortaleza**, 2009.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. Dissertação em História apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme**: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/USP, Tese de Doutorado, 2008.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos, SC**: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.

SLENES, Robert W. **Na Senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 7ª ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977.

ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; ZIMMERMANN, Joseane (Org). **História diversa**: africanos e afro descendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 43-67.

_____. **De armação baleeira a engenhos de farinha**: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2011.

_____. **O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2006.